

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa
Geral de Depósitos e à Gestão do Banco**

19.^a Reunião
(24 de janeiro de 2017)

SUMÁRIO

O Presidente (José de Matos Correia) declarou aberta a reunião às 15 horas e 12 minutos.

Procedeu-se à audição do Eng.º Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira (ex-Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos), tendo usado da palavra os Deputados João Paulo Correia (PS), Moisés Ferreira (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP) e Emídio Guerreiro (PSD).

O Presidente encerrou a reunião eram 18 horas e 33 minutos.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Correia): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 12 minutos.

Srs. Deputados, temos hoje connosco o Sr. Eng.º Faria de Oliveira na qualidade de antigo Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos.

Como sempre acontece, as minhas primeiras palavras são para agradecer ao Sr. Eng.º Faria de Oliveira a imediata disponibilidade que manifestou para estar presente nos trabalhos da nossa Comissão e saudá-lo nesta sua vinda ao Parlamento, local onde já veio com frequência quando ocupou funções governativas, embora nunca tenha sido Deputado.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira** (ex-Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos): — Sr. Presidente, fui eleito três vezes mas nunca ocupei o lugar de Deputado.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Eng.º Faria de Oliveira manifestou a intenção de fazer uma intervenção inicial e teve a simpatia de trazer uma cópia, que já foi entregue a cada um dos grupos parlamentares, de um volumoso *dossier* que vai ler da primeira à última página, o que significa que estaremos aqui basicamente até daqui a 15 dias...

Risos.

O Sr. Eng.º Faria de Oliveira fará uma intervenção inicial que capeia, digamos, este *dossier*, mas o resto são elementos de suporte que o Sr. Engenheiro fez questão de trazer e que muito lhe agradecemos.

O Sr. Eng.º Faria de Oliveira teve também o cuidado de trazer cópias da sua intervenção inicial para os membros da comunicação social aqui presentes e, portanto, peço aos serviços da Comissão o favor de a entregarem aos Srs. Jornalistas.

O Sr. Eng.º Faria de Oliveira já foi por mim esclarecido quanto aos termos em que decorre a audição e, portanto, estamos em condições de dar início à mesma, razão pela qual, renovando os meus agradecimentos pela sua presença, dou-lhe, desde já, a palavra.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Sr. Presidente, muito obrigado pelas suas amáveis palavras.

Srs. Deputados, permitam-me que lhes reafirme que é sempre com muito gosto que, cumprindo o meu dever cívico, compareço nas comissões da Assembleia da República para que entendam convocar-me para prestar depoimento.

Faço-o sempre com o intuito de contribuir para esclarecer os assuntos que os Srs. Deputados considerem por bem solicitar.

Apelarei para isso ao melhor da minha memória e ainda assim, e precisamente porque parte do meu percurso profissional se fez na banca, sei bem o quão fundamental é para esse setor poder operar num contexto de estabilidade e não num quadro de frequentes dúvidas, suspeitas e ruídos. Porque fazer banca é também ser reservado e inspirar confiança, é muito importante que a banca não esteja tão frequentemente a ser posta em causa e, muitas vezes, por questões com escasso fundamento.

Começarei a minha intervenção, que procura ser o sumário do documento que faço entrega ao Sr. Presidente da Comissão e a cada um dos grupos parlamentares aqui representados, e onde faço algumas considerações de contexto, que reputo essenciais para o entendimento o mais profundo possível da situação do setor bancário nacional e, naturalmente, da Caixa.

Recordo ainda os aspetos que considero fundamentais do mandato do Conselho de Administração entre 2008 e 2010, como a visão estratégica e prioridades da gestão de então, alinhadas com o acionista, a política de gestão do risco de crédito seguida, a evolução e comportamento dos principais indicadores e o devido enquadramento no desempenho dos seus pares, onde a Caixa compara de forma muito positiva.

Começo com os considerandos, que são quatro.

Instituições fortes e prestigiadas são condição necessária ao desenvolvimento e afirmação de um país. As instituições bancárias, como VV. Ex.^{as} sabem, exercem uma atividade que se funda em três pilares, que, embora comuns a outros sectores económicos, são particularmente relevantes na área financeira.

O primeiro é o da responsabilidade social, patente nas missões principais da banca (intermediação e financiamento da economia e dos cidadãos e a de assegurar serviços de pagamentos eficientes e seguros, assim contribuindo para o desenvolvimento do País) e responsabilidade fiduciária, perante *stakeholders*, nomeadamente os depositantes.

É por isso que os bancos aprofundam e aperfeiçoam os seus mecanismos de controlo interno e de gestão do risco e que a atividade bancária é a mais regulada e supervisionada de todas as atividades económicas, sujeita ao escrutínio interno das assembleias gerais, comissões de auditoria ou conselhos fiscais, auditores externos e escrutínio externo dos supervisores nacionais e europeus, das agências de *rating* e de analistas financeiros.

O segundo fator é o risco. O risco é inerente à atividade bancária. Conceder crédito implica assumir riscos associados à probabilidade de o banco obter um benefício ou, pelo contrário, de sofrer uma perda se um cliente perder capacidade de cumprir com as suas obrigações.

Devido à missão que o sistema bancário cumpre de financiamento da economia, e uma vez que o risco nunca pode ser eliminado, o que é importante é que seja gerido por forma a minorá-lo e a garantir a solidez e resiliência do banco.

A apetência ou aversão ao risco, que devem ser sempre alinhadas com o acionista, condicionam não só o desempenho dos bancos, mas, em particular, o financiamento da economia e o bem-estar da sociedade. Uma decisão de crédito comporta risco e, conseqüentemente, a possibilidade de errar, tanto quando se atribuiu um crédito que correu mal, entrando em incumprimento, como, embora com uma dimensão diferente, quando se rejeitou um crédito e um concorrente o concedeu e beneficiou do bom desempenho e eventual fidelização do cliente.

Para não correr qualquer risco ou para não se cometer qualquer erro, só mesmo não dando crédito. Se, por exemplo, só se concedesse crédito a clientes com garantia quase absoluta de cumprimento, a maioria das PME corria o risco de parar. E é bem sabido que no tecido empresarial português, onde 99% das empresas são micro ou pequenas, o seu financiamento depende decisivamente do crédito bancário.

O terceiro fator é a confiança dos clientes no seu banco e dos cidadãos no bom funcionamento das instituições relacionadas com a atividade bancária, porque a imagem e reputação dos bancos é alicerçada pela credibilidade das entidades que supervisionam, acompanham e validam a sua atividade. Pôr em causa a credibilidade dessas instituições gera dúvidas e perceções negativas e prejudiciais nos mercados e na opinião pública.

Os bancos, como coração da economia e garantes de serviços de pagamento eficientes e seguros, são instituições essenciais ao progresso económico e social. É da maior importância que Portugal tenha bons bancos, com boa reputação e bom desempenho.

No entanto, as narrativas apresentadas sobre a situação e o comportamento dos bancos são muitas vezes distorcidas, adulterando a realidade, por desconhecimento ou por objetivos de outras naturezas, e provocam dano reputacional e de credibilidade acrescido, que acaba, a final, por ser prejudicial ao interesse coletivo. De facto, já bastariam, para afetar muito negativamente a imagem do sector, os casos que se viveram no passado recente, que nunca deveriam ter ocorrido, mas que acabam por induzir generalizações, fazendo pagar o justo pelo pecador e penalizar ou desacreditar o conjunto do sector.

Por isso, importa começar por evidenciar, da forma mais rigorosa possível, as razões de fundo que estão na origem da situação atual do sector, que apresento no Anexo 2 do documento entregue e que considero uma peça fundamental do meu depoimento.

Enumero 11 motivos que, infelizmente, contribuem para o enquadramento hoje vivido pela banca, mas faço questão de destacar um deles, por ser, de longe, o primeiro e principal responsável pela atual situação do sector, mas de que muitos parecem esquecer: o violento e prolongado período recessivo por que passámos desde o pedido de ajuda externa, com o PIB a cair mais de 7% só entre 2010 e 2013.

Por mais diagnósticos que possamos fazer ou responsabilidades que se queiram apurar, não há rigorosamente nada que se aproxime sequer ou que tenha um impacto tão importante como a forte crise económica que se fez sentir e que provocou um enorme aumento da taxa de incumprimento do crédito das empresas aos bancos, hoje oito vezes superior à existente em 2008.

Numa economia que se encontra adormecida, não se sabe por quanto tempo, a falta de perspetivas trava o investimento e a ausência de crescimento torna inevitáveis os incumprimentos, sobretudo nas empresas. Os NPL (*Non Performing Loans*) são uma consequência da incapacidade de

os clientes satisfazerem as suas obrigações e a transição do modelo de crescimento para o foco nos bens transacionáveis provocou a quase paragem de alguns setores com o conseqüente impacto nas suas empresas.

Todos sabemos: a banca reflete sempre o estado da economia. Foi a crise da dívida soberana, que se seguiu à crise financeira global, que, pelas suas conseqüências, afetou os bancos e não estes que a causaram. Não há passes de mágica que travem os efeitos que a incapacidade de criação de riqueza acarreta.

Dito isto, o *boom* de crédito derivado das políticas económicas seguidas dos finais da década de 90 até à crise soberana e o excessivo endividamento e subcapitalização das empresas, as falhas que, inevitavelmente, podem ocorrer numa atividade de risco como é o crédito, o novo enquadramento regulatório e de supervisão, a mudança no regime contabilístico, pelo efeito pró-cíclico que produz, o quadro de muito baixas taxas de juro, o *boom* de crédito resultante das políticas económicas das últimas décadas, como já referi, são exemplo de outras causas relevantes. Mas nada, repito, se compara ao efeito do quadro económico que, ainda que particularmente negativo em Portugal, afetou a banca um pouco por toda a Europa.

Não posso deixar de mencionar igualmente uma questão-chave – e este é o meu terceiro considerando –, que é o tema das imparidades, porque foi a surpresa e a interrogação geral quanto à dimensão das necessidades de imparização e, conseqüentemente, de capital da Caixa, a motivar muitas das dúvidas levantadas quanto à gestão passada da instituição e à constituição desta Comissão de Inquérito.

Uma imparidade, como sabem, representa uma perda que corresponde à desvalorização de um ativo que se detém. Enquanto uma provisão é um passivo de prazo ou quantia incerta, um ativo é considerado como estando em imparidade se, e apenas se, existir prova objetiva do risco real de o

mesmo não ser recuperável. O registo de imparidades obedece a princípios, normas, regras e análises, é visto e aceite por auditores e supervisores e vai ocorrendo ao longo do período de vida do crédito.

A prova objetiva de que um ativo financeiro está com imparidade inclui dados observáveis tais como: a significativa dificuldade financeira do devedor; incumprimentos no pagamento de juros e capital; problemas de liquidez; dúvidas substantivas quanto à viabilidade económica da empresa; decréscimo do valor das garantias dadas pelo devedor; queda significativa das notações de *rating/scoring*; dívidas ao fisco ou segurança social e a empregados; ou a existência de condições económicas, nacionais ou locais, adversas, entre outros. Os indícios de imparidade são, pois, configurados, bem como os eventos de perdas dos créditos objeto de imparidade.

O reconhecimento de imparidades pode ser mais ou menos agressivo, daí resultando rácios de cobertura do crédito malparado maiores ou menores. Em dezembro de 2016, a EBA (*European Banking Authority*) publicou o Relatório de Riscos e Vulnerabilidades do Sistema Bancário Europeu, incluído no seu Exercício de Transparência, do qual constam os seis maiores bancos portugueses (por se tratar de uma filial, não constou o Banco Santander Totta).

Do relatório, que anexo, retira-se, por exemplo, que o nível de NPL do sistema bancário português é o terceiro mais elevado do Eurosistema, mas que a sua cobertura por imparidades está ao nível da média da banca europeia, com um rácio, a 30 de junho de 2016, de cerca de 43,8%, apresentando a Caixa Geral de Depósitos um rácio bem superior, de 46,9%, que é o segundo melhor da banca nacional.

Reconhecer imparidades em excesso ou adotar uma estratégia de imparização demasiado agressiva, acima das imparidades aceitáveis e corretamente registadas, onde são particularmente importantes os «comparáveis» com as outras instituições, designadamente os seus pares, dos

rácios de cobertura do crédito malparado pelas imparidades, pode ser duplamente inconveniente. Embora beneficie, a prazo, a rentabilidade da instituição, implica estar a desvalorizar ativos e a requerer mais capital.

Do ponto de vista prudencial e de gestão do banco, quanto mais fortes estiverem os balanços e mais elevados forem os rácios de capital, melhor. Mas, na ótica da estabilidade financeira, tem de haver preocupações de equilíbrio.

Além disso, não devem criar-se desincentivos à recuperação de créditos, que podem demonstrar-se perversos. Por isso, o reconhecimento de imparidades é efetuado numa lógica de *going concern* e não de *gone concern*. Uma política demasiado agressiva de imparização é consumidora de capital e pode ter efeitos de contaminação no sistema financeiro, em especial nos bancos que servem os mesmos clientes, ou, no caso de promover novos *benchmarks* usados por auditores e supervisores, para exigir um maior nível de cobertura às outras instituições do sistema.

Os critérios de imparidade podem alterar-se, mas têm depois de ser consistentes no tempo. A mesma carteira, com uma imparização agressiva, consome mais capital e pode debilitar a capacidade de apoiar a economia e requerer aumentos mais significativos de capital.

Um último e muito importante considerando: ao avaliar o desempenho de uma instituição bancária é determinante a comparabilidade – critério fundamental, por exemplo do SSM (*Single Supervisory Mechanism*) – com os outros operadores do sistema, designadamente com os seus pares, e penso que resulta inequívoco que a CGD está muito favoravelmente posicionada.

No que respeita ao contexto em que se exerceu a gestão da Caixa no período de 2008/2011, quando fui Presidente Executivo, devo dizer que a Caixa foi, sem dúvida, um pilar do sistema financeiro nacional, líder de mercado desde há muitos anos, e foi, para mim, com a equipa que me acompanhou, uma grande honra ter presidido à Caixa, procurando cumprir

as missões que nos foram cometidas pelo acionista Estado, num contexto internacional e nacional novo, complexo e difícil.

Creio, pois, convictamente, que fizemos o melhor possível e que a Caixa comparava muito positivamente com os seus pares.

O mandato 2008/2010, que começou em 10 de janeiro de 2008 – 9 de janeiro foi o dia da assembleia geral – e terminou em 22 de julho de 2011, coincidiu com a crise financeira global, iniciada no quarto trimestre de 2007, e com o arranque da crise da dívida soberana que se lhe seguiu, em 2010, cujos efeitos ainda sofremos. De facto, o ano de 2008 será recordado como aquele em que se desenvolveu um dos mais graves períodos da crise financeira e económica à escala mundial.

Todo o contexto em que se exercia a atividade bancária sofreu mudanças profundas a partir desse ano, acabando por dar lugar a todo um novo paradigma em termos regulatórios, de supervisão, tecnológicos, comportamentais e de modelo de negócio.

Portugal foi um dos Estados-membros mais afetados pela crise da dívida soberana. As dificuldades do financiamento do Estado português foram aumentando, com a banca portuguesa a contribuir ao máximo nos leilões de dívida pública e a ter de aumentar o financiamento às empresas públicas, substituindo bancos internacionais. Isto ao mesmo tempo que ela própria via agravado o seu *rating*, fruto da descida do *rating* da República, e ficava limitado drasticamente o acesso ao mercado interbancário.

A crise da dívida soberana conduziria à necessidade de elaborar um MoU (*Memorandum of Understanding*) com a troica e o consequente Programa de Assistência Económico-Financeiro e os seus efeitos foram-se manifestando, agravando e acumulando ao longo do tempo. Os primeiros seis meses de 2011 constituíram, assim, um período particularmente difícil para o sistema bancário português.

No que respeita ao meu mandato a visão estratégica do Grupo CGD foi apresentada ao acionista Estado logo no início do mandato, no seguimento das conversas iniciais tidas com o Sr. Ministro, e, em fevereiro de 2008, apresentámos um documento com o plano estratégico da Caixa Geral de Depósitos, que foi aprovado.

Nessa visão estratégica são de salientar os seguintes aspetos: a Caixa devia – e deve – manter-se como instituição de referência no sistema financeiro, contribuindo para a sua estabilidade e solidez, e assumindo uma relevância e responsabilidade fortes no financiamento da economia, contribuindo para o seu desenvolvimento e competitividade; o Grupo CGD teria, e tem, como principal meta uma evolução equilibrada entre solidez financeira, rentabilidade, crescimento, eficiência operacional e responsabilidade social, com uma permanente atenção ao cliente e otimização da qualidade do serviço que a ele é prestado.

Privilegiava-se, naturalmente, a solidez, o que, na conjuntura de crise financeira económica que o mundo atravessa, nos obriga a reforçar o rigor na gestão, a competência na atuação e a eficácia no funcionamento, defendendo intransigentemente o interesse público, o do acionista, dos depositantes, dos obrigacionistas e dos trabalhadores.

Entre as 19 prioridades de gestão então identificadas e constantes das orientações estratégicas, destaco cinco: o crescimento da concessão de crédito das PME, com aumento da quota da caixa neste segmento, sem prejuízo da continuação do financiamento às grandes empresas; o apoio à exportação e internacionalização das empresas; a manutenção da liderança no conjunto dos maiores bancos portugueses em ativo líquido total, resultados líquidos totais, captação de recursos, crédito hipotecário e na atividade seguradora; o aumento da contribuição da área internacional para os resultados do Grupo e a sua ampliação para os mercados de Angola e

Brasil; e o crescimento do negócio de capital de risco e do estímulo à recapitalização das empresas e ao empreendedorismo.

Estes foram cinco das 19 prioridades identificadas no plano estratégico, então, aprovado pelo Sr. Ministro das Finanças.

De entre os objetivos fixados sobressaíam o aumento de quota de mercado das PME e o apoio à exportação e à internacionalização. Então como agora.

Acresce que a Caixa detinha participações importantes em algumas das principais empresas portuguesas, parte das quais entregues diretamente pelo Estado em aumentos de capital e outras adquiridas com o acordo do acionista.

No que respeita à política de gestão de risco de crédito, o meu comentário será breve, porque no documento que entreguei está exaustivamente apresentado todo o modelo de gestão de risco então utilizado.

Se a política de crédito de qualquer instituição bancária deve estar alinhada com as orientações do acionista, com maior apetência pelo risco ou mais conservadora, mais dirigido a certos objetivos ou mais abrangente, mais contida em preço ou mais atinente à maximização de resultados, no caso de um banco público tal é, naturalmente, mais relevante. Esse alinhamento acentua-se, em termos de diálogo, quando se vive um período de crise económica e financeira.

Em particular entre o segundo semestre de 2008 e o ano de 2010, a conjuntura económica recomendava, no seguimento das medidas de estímulo implementadas pelo Governo e seguidas também na União Europeia, a necessidade de privilegiar o apoio à economia, naturalmente sem pôr em causa a solidez da Caixa, a sua autonomia e o rigor na decisão de cada operação de crédito em concreto.

A política de preço ajustado ao risco teve, no seguimento da falência do Lehman Brothers e devido ao elevado nível das taxas de juro então vigentes, de ser adaptada no sentido de alguma contenção, sem prejuízo de se manter em valores de mercado. Por exemplo, no crédito à habitação, a Caixa, em estreito diálogo com o Governo, implementou um conjunto de medidas que visavam facilitar a situação das famílias com mais dificuldades no cumprimento da prestação devida.

Sob a pressão da crise financeira global de 2008/2009, os governos europeus, com a finalidade de estimular a economia, disponibilizaram aos seus sistemas bancários instrumentos específicos, nomeadamente a concessão de garantias de Estado, para facilitar o acesso a *funding* por parte das instituições de crédito que permitisse financiar as empresas em condições menos gravosas. Tal foi também posto em prática em Portugal e o diálogo entre o Governo e o sistema bancário foi intensificado, com particular alcance no caso da Caixa.

A Caixa, mantendo critérios de prudência e rigor na concessão de crédito, próprios de uma instituição que sempre apresentou uma adequada aversão ao risco, e tendo ainda em conta o objetivo estratégico de reforçar o negócio com o segmento das PME e empresas exportadoras, não podia, obviamente, deixar de corresponder às medidas de política do acionista Estado.

Em qualquer caso, a prossecução do perfil de risco da Caixa baseava-se, em primeiro lugar, na manutenção de níveis adequados de solvabilidade e de liquidez, tendo sempre recebido do acionista abertura para cobrir eventuais necessidades de capital.

A gestão de risco, conforme consta dos relatórios e contas da Caixa, era efetuada de forma centralizada e abrangia a avaliação e controlo dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez incorridos pelo Grupo CGD, consagrando o princípio da segregação de funções entre as áreas comerciais

e a área de risco e estava suportada por um modelo de *governance* que respeitava as melhores práticas nessa matéria.

A Caixa procurou sempre seguir as melhores práticas tanto na gestão de risco como na imparização e considerava – e eu continuo a considerar – que as suas práticas constituíam um efetivo *benchmark* em Portugal. Aliás, o documento entregue apresenta a política, o modelo de gestão de risco, as práticas e os procedimentos seguidos.

No que respeita à evolução da atividade e dos factos mais significativos gostaria de dizer que durante o triénio 2008/2010 a Caixa continuou a desenvolver um papel fundamental na economia e na sociedade, reforçou a sua solvabilidade, aumentou a sua situação líquida e conseguiu, num contexto de crise, manter uma rentabilidade positiva. Os Srs. Deputados encontrarão na documentação entregue os dados que revelam isso mesmo, numa compilação de informação toda ela pública.

Assim, em dois anos, o incumprimento do crédito aumentou ligeiramente apenas. O rácio de crédito vencido sobre o crédito total subiu de 2,4%, em 2008, para 2,9%, em 2010, e o crédito com incumprimento sobre o crédito total subiu de 2,1% para 2,9%, valores, no entanto, sustentáveis e dos melhores do sistema. Intensificaram-se, no entanto, as ações de recuperação de crédito, nomeadamente nos casos mais complicados ou complexos.

As imparidades de crédito somaram 1233,50 milhões de euros entre 2008 e 2010, enquanto as imparidades por desvalorização da carteira de títulos atingiram, praticamente, o mesmo valor, ou seja, 1232 milhões de euros.

A forte queda das taxas de juro Euribor começou a criar forte pressão sobre a margem financeira, que registou um valor acumulado negativo, nos mesmos três anos, de 666 milhões de euros.

Os resultados, antes de impostos, e de interesses minoritários da Caixa caíram de 1075 milhões, em 2007, para 662 milhões, em 2008, 374 milhões, em 2009, e 364 milhões, em 2010. Os resultados líquidos, depois de impostos, de 2008, 2009 e 2010 somaram 988,9 milhões de euros, praticamente um bilião.

Em resultado, os dividendos entregues ao Estado foram de 810 milhões no agregado destes três anos. Os dividendos obtidos pela Caixa da sua carteira de participações cotadas somaram 426 milhões no mesmo período, sendo que os aumentos de capital feitos pelo acionista Estado totalizaram os 1950 milhões de euros neste triénio.

Ao nível do negócio, o Grupo Caixa reforçou a sua posição competitiva ao longo dos últimos três anos, mantendo uma destacada liderança nas quotas de mercado na captação de depósitos, fundos de investimento, seguros financeiros, alcançando a posição cimeira também no crédito a clientes e apoiada na consolidação da liderança no crédito à habitação e na passagem para a liderança do crédito a empresas, em 2010, com conquista de quota de mercado significativa no segmento das PME.

Na área internacional seguiu-se a política de «estar presente onde estão os clientes», que, no caso, significou desenvolvimentos nos principais mercados de destino das exportações e do investimento português no estrangeiro e de presença de comunidades portuguesas importantes.

Assim, foi neste mandato que a Caixa tomou uma participação no capital do Banco Caixa Geral Totta Angola, ficando responsável pela sua gestão, que abriu o Banco Caixa Geral Brasil, prosseguindo o projeto de transformação do Banco Caixa Geral em Espanha, que teve, a partir de 2009, necessidade de ajustamento em relação ao plano inicial por força da crise, e que procedeu à abertura de uma sucursal em Toronto, entre outros projetos no mesmo sentido.

A contribuição da área internacional para os resultados do Grupo foi aumentando no triénio, passando dos 11% em janeiro de 2008 para os 32% no final de 2010.

Num contexto já de si difícil e absorvente, a Caixa acompanhou a atividade do BPN, cuja gestão foi atribuída à Caixa, através da nomeação do seu conselho de administração e de cedência de liquidez, com garantia do Estado, e concedeu apoio a outras instituições de crédito, assim colaborando para a estabilidade financeira, como era um dos seus desideratos. Não obstante, manteve-se sólida, competitiva e cada vez com melhor qualidade de serviço.

O primeiro semestre de 2011 terá sido um dos mais difíceis períodos das últimas décadas para o sistema bancário português. Este foi um tempo muito marcado pela crise da dívida soberana. Os bancos nacionais fizeram um grande esforço de apoio às necessidades de financiamento do Estado e foram fortemente afetados pela conjuntura.

A assinatura, em 17 de maio de 2011, do *Memorand of Understanding*, que definiu as condições do PAEF, trouxe orientações para o sector financeiro português e, especificamente, para a Caixa geral de Depósitos.

Os bancos portugueses tiveram que preparar planos de *funding* e capital com vista ao cumprimento de um conjunto de objetivos estabelecidos no Programa e comunicados pelo Banco de Portugal.

O Conselho de Administração, cujo mandato terminaria em 31 de dezembro de 2010, manteve-se em plenas funções e atividade até 22 de julho de 2011, data em que o Governo de então fez eleger um novo Conselho de Administração com um novo modelo de governação.

Dado que já estive nesta Comissão de Inquérito o Dr. José de Matos, Presidente da Comissão Executiva no período em que exerci as funções de *chairman*, limitar-me-ei a uma brevíssima consideração sobre o novo modelo de governo da instituição.

Correspondendo às tendências e recomendações que o sector vinha registando, designadamente por entidades internacionais e nacionais, públicas e privadas, especializadas em *corporate governance*, e atenta a experiência internacional, apresentei uma proposta ao acionista da Caixa para a passagem de um modelo de governo monista clássico, como então vigorava, para um modelo monista anglo-saxónico, com um conselho de administração, com administradores executivos e não executivos, do qual emana uma comissão executiva, uma comissão de auditoria e outras comissões especializadas.

Como veio defender o Livro Verde da Comissão Europeia sobre o governo das sociedades nas instituições financeiras de 2010, uma governação eficiente, capaz de conseguir melhores resultados e de prevenir crises e problemas, passa por uma separação clara entre a função executiva e a não executiva de supervisão, controlo e aconselhamento. E tal não tem nada a ver nem com a natureza do acionista nem com o número de acionistas, mas sim com preocupações de eficiência e de transparência.

O Governo PSD/CDS aprovou um novo modelo de governo para a Caixa, com concomitante alteração dos Estatutos, separando a função executiva da função de supervisão, e nomeou um novo conselho de administração com um presidente, um vice-presidente e presidente da comissão executiva, seis administradores executivos e três não executivos.

O acionista definiu, então, dois desafios prioritários para o período em causa: proteger e reforçar a saúde financeira do Grupo e transformar a Caixa, focalizando-a em atividade bancária e adequando-a à nova realidade do sistema financeiro.

Os efeitos da crise da dívida soberana e a necessidade de cumprir tais orientações previstas no Programa levaram à determinação de um reforço de fundos próprios, no total de 1650 milhões, realizado pelo acionista Estado, que obrigou à negociação de um plano de reestruturação com a Direção-

Geral da Concorrência da Comissão Europeia, aprovado em 2013, e que determinou um conjunto de restrições ao desenvolvimento normal da atividade da Caixa. Aqui se incluía o redimensionamento da rede de agências, condições para a venda da atividade seguradora, racional da presença internacional do Grupo, venda de participações em atividades não *core*, com calendários indicativos, e determinação, com o acionista, da vocação desejada em termos de modelo de negócio.

Finalmente, e para terminar os comparáveis, no Anexo 11 do documento que vos foi entregue apresento comparações detalhadas com as outras mais importantes instituições de crédito nacionais. No entanto, quero destacar alguns pontos que considero importantes.

No que ao capital diz respeito, a Caixa aumentou progressivamente o seu *Common Equity Tier 1* de 6,8% em 2008 para 8,8% em 2010 e 10,9% em 2015, sempre acima dos requisitos mínimos, embora em geral relativamente contidos, para não implicar um esforço excessivo do acionista.

Entre 2008 e 2015, o valor acumulado de aumentos de capital efetuados pelos maiores bancos foi de 2,8 mil milhões de euros no caso da Caixa, de 5,58 mil milhões no BCP, de 3,2 mil milhões no BES e de 1,3 mil milhões no BPI.

Já quanto à evolução dos resultados, com exceção do Banco Santander Totta, todos os bancos registaram a mesma tendência de deterioração dos resultados na atividade doméstica, na sequência da crise de 2008, acumulando resultados negativos — todos eles.

Nas imparidades e no custo do risco de crédito, a Caixa compara favoravelmente com as restantes instituições de crédito nacionais de maior relevo no período de 2008 a 2015, no que diz respeito à evolução das imparidades e do custo do risco de crédito. Assim foi enquanto estive à frente do banco e mesmo depois da minha saída, sobretudo tendo em conta as

missões que foram sendo conferidas pelo acionista de apoio à economia, num contexto de crise sem precedentes.

O recente exercício de transparência feito pela Autoridade Bancária Europeia revela isso mesmo. De entre os seis principais bancos nacionais, excluindo o Santander Totta, analisado com a casa-mãe, a Caixa apresenta o segundo melhor resultado, tanto nos NPL, em percentagem do crédito total, como nas imparidades e colaterais, em percentagem do crédito total.

Srs. Deputados, o legado da crise económica e financeira, que — reforço — foi a razão de ser da maior parte das dificuldades vividas pelo sistema bancário português, deixou mazelas que a banca tem ainda de acabar de resolver.

É ainda preciso gerir desafios tão importantes como a necessidade de recuperar uma rentabilidade que seja superior ao custo de capital, o que não se afigura nada fácil, tendo em conta o atual contexto de baixas taxas de juro e de escassez da procura de crédito, fruto de um crescimento ainda insuficiente, ao mesmo tempo que se ajustam os modelos de negócio ao novo paradigma do sector. É igualmente necessário reduzir o nível de NPL que os bancos detêm.

Neste quadro, é crucial que a Caixa Geral de Depósitos continue a desempenhar o papel que sempre ocupou no sistema bancário nacional de referência e de peça-chave da estabilidade do sistema. Com o aumento de capital de que vai usufruir, a sua solidez atual sai reforçadíssima.

Importa, por isso, que se aproveitem os trabalhos desta Comissão de Inquérito para eliminar quaisquer dúvidas, não só sobre a capacidade da Caixa para continuar a cumprir as suas missões, mas também sobre a qualidade da gestão da instituição, que foi servida ao longo dos anos por grandes profissionais, a nível quer do seu Conselho de Administração, quer da alta direção e restantes quadros e colaboradores.

Se a CGD sempre foi muito importante, ainda o é mais agora, como o comprova a evolução do crédito no conjunto do sistema e a continuação clara da liderança no que diz respeito aos depósitos.

Repito: é fundamental que a banca não seja sistematicamente posta em causa e que o trabalho de escrutínio que está a ser realizado pelo Parlamento contribua para uma Caixa mais forte. Não podemos nunca perder de vista o papel crucial dos bancos no desenvolvimento do País.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Engenheiro, por aquilo que aqui disse e por este conjunto de documentos que nos deixa, que será, seguramente, muito útil para o trabalho da Comissão.

De acordo com as regras da rotatividade, cabe hoje ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista iniciar as rondas de perguntas, pelo que, para o efeito, dou a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, Srs. e Sr.^{as} Deputados, Srs. Jornalistas, Eng.º Faria de Oliveira, em primeiro lugar, gostaria de o saudar pela iniciativa que tomou ao trazer uma informação que ajuda não só na audição em concreto, mas também como instrumento de trabalho desta Comissão e para memória futura.

A primeira pergunta que lhe queria fazer é se estava à espera do convite para presidir à Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Estava longe de admitir essa hipótese, na medida em que nessa altura estava em Madrid a dirigir o projeto da Caixa Geral de Depósitos no Banco Caixa Geral, em Espanha. Portanto, até nem estava no País nessa altura, pelo que

constituiu alguma surpresa o convite que então me foi feito pelo Sr. Ministro Teixeira dos Santos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Na apresentação que fez, o Eng.º Faria de Oliveira desenvolveu os objetivos estratégicos da missão que lhe foi atribuída pelo acionista. Ia pedir-lhe para desenvolver com mais pormenor os capítulos da internacionalização da Caixa Geral de Depósitos, concretamente em Espanha, no Brasil e em Angola, e também a política de apoio e concessão de crédito às micro, pequenas e médias empresas.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Temo que uma resposta cabal à sua pergunta leve muito mais tempo do que aquele que tenho disponível. Não sei se vou ser capaz de sintetizar matérias tão profundas.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Pela amostra inicial...

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Aliás, é uma pergunta à qual me agrada muito poder responder, assim haja alguma indulgência em relação ao tempo que me é concedido.

O Sr. **Presidente**: — Alguma!

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: —
Alguma, eu sei.

Um dos documentos que vos distribuí é bastante completo sobre a presença da Caixa Geral em Espanha. Mas, antes de me referir a cada um dos casos, gostava de dar o contexto geral, se for possível.

A Caixa Geral de Depósitos é uma instituição que começou o seu processo de internacionalização no início do século XX: em 1902, abriu o Banco Nacional Ultramarino — hoje integrado na Caixa Geral de Depósitos — em Macau, em 1913, abriu um banco no Brasil e, entretanto, abriu algumas sucursais na Europa.

A Caixa sempre teve em mente, no seu processo de internacionalização, dois objetivos: um primeiro objetivo era o de estar presente onde estavam as principais comunidades portuguesas para as servir e um segundo objetivo, que surgiu um pouco mais tarde, era o de estar presente onde os interesses empresariais portugueses eram mais relevantes, assim contribuindo para o apoio às exportações e para o apoio ao investimento português no exterior. Esta foi a política sempre seguida, nunca contestada e penso que objeto de uma clara aceitação genérica.

No período que antecedeu a minha entrada na Caixa Geral de Depósitos, a Caixa já estava presente em 21 países e havia todo o interesse — aliás, isso já estava a ser trabalhado pelo Conselho anterior — em alargar a presença da Caixa Geral de Depósitos para dois novos mercados, o mercado do Brasil e o mercado de Angola.

No caso de Angola, esse era um desiderato que existia há muito tempo mas que nunca tinha podido ser concretizado e tinha surgido uma oportunidade de se chegar a um entendimento com o Banco Santander Totta para tomar a posição maioritária numa *holding* que foi criada e que teria a maioria de capital do Banco Totta em Angola, assim permitindo a nossa presença em Angola.

Quanto ao Brasil, depois da saída da Caixa do Brasil, através da alienação dos ativos que detinha anteriormente, e dado que o Brasil tinha passado a ser, do ponto de vista da internacionalização das empresas portuguesas, um mercado muito relevante, o Conselho entendeu — e o Conselho anterior já o tinha entendido — que era importante que se procurasse desenvolver um projeto de um banco *corporate* de investimento no Brasil para apoiar as empresas portuguesas.

Logo no início do meu mandato, o Sr. Ministro das Finanças chamou a atenção para o facto de ser importante procurar concluir as negociações de dois objetivos que pareciam — e, do meu ponto de vista, são — completamente estratégicos e completamente racionais. Assim, trabalhou-se muito no sentido de procurar resolver as duas situações, o que veio a acontecer.

A situação de Espanha é completamente diferente. Espanha é, de longe, o maior parceiro comercial de Portugal. Já em 2005, quando fui convidado para dirigir um projeto em que o Conselho de Administração da Caixa de então, presidido pelo Dr. Vítor Martins, estava a trabalhar, se considerava que era importante haver uma presença da banca portuguesa em Espanha. Não fazia nenhum sentido que 23% das nossas exportações e 29% das nossas importações proviessem desse mercado e a presença da banca portuguesa em Espanha nessa altura tivesse uma quota de 0,3%, quando a presença da banca espanhola em Portugal tinha uma quota superior a 15%. Tinha toda a lógica, fazia todo o sentido, era estratégico ter uma presença da banca portuguesa em Espanha.

Essa presença da banca portuguesa em Espanha vinha já do início dos anos 1990, quando, por iniciativa do Dr. Rui Vilar, se tinham comprado três bancos — isso já foi aqui falado e não vou repetir esta matéria. Tinha-se tentado fazer duas aquisições, ou três, na realidade, porque no tempo do Dr. Rui Vilar se tinha tentado adquirir um banco de maior dimensão, mas a tutela

de então não o tinha autorizado, dando, na altura, preferência a eventuais investimentos em África.

Portanto, no estudo que o Conselho de Administração fez, com o apoio de um consultor, a Roland Berger, tinha-se chegado à conclusão de que ou se fechava o banco que então existia, porque não estava a ter a eficiência desejada, ou se caminhava para um crescimento que, não podendo ser por aquisição, teria de ser um crescimento pela via orgânica, isto é, através da abertura de novas agências.

Foi definido, portanto, um plano estratégico, inicialmente proposto pela Roland Berger, que o Conselho de Administração, presidido pelo Dr. Vítor Martins, me apresentou para eu o liderar. Li esse projeto que a Caixa apoiava e pareceu-me que tinha toda a consistência, toda a racionalidade e toda a lógica. Era um projeto faseado, tinha um período de saneamento, reestruturação e *break-even*, que ia de 2005 a 2007, e tinha um período de aumento do número de agências e de aumento da rentabilidade, que ia de 2008 a 2010.

Foi um projeto que iniciei, na qualidade de uma posição relativamente híbrida, uma vez que era Presidente da Comissão Executiva, mas mais com funções de *chairman*, porque havia um CEO com a respetiva equipa executiva sob o seu comando.

Enfim, ia perder muito tempo a explicar o caso de Espanha, porque a situação não é exatamente a mesma. O Presidente da Assembleia Geral é o Presidente do Conselho de Administração e o modelo é um pouco diferente do modelo existente em Portugal.

Encontrou-se uma solução, de qualquer maneira, eficaz e o projeto correu o melhor possível entre 2005 e 2007. Conseguiu-se atingir o *break-even* ao fim do primeiro ano e não só no final de 2007, como estava previsto. E o Banco Caixa Geral teve resultados positivos até final de 2010. Sempre positivos.

Acontece que a bolha imobiliária em Espanha rebentou, criou-se uma situação particularmente delicada, com o PIB de Espanha a cair 4% e as vendas do setor imobiliário a caírem 40% nessa altura.

Tivemos, naturalmente, de refrear todo o projeto de crescimento no Banco, no sentido de evitar que a situação pudesse ser agravada ao longo do tempo.

A verdade é que se executou, a partir daí, um programa de reestruturação do Banco Caixa Geral. A Caixa Geral teve apenas dois anos de prejuízo e, a partir de 2014 e de 2015, já estava novamente a ter resultados como o *return on equity*, francamente positivo, no âmbito da banca espanhola.

O projeto em si deste Banco é um projeto com racionalidade, com visão estratégica. Do meu ponto de vista, faz sentido que se mantenha essa visão estratégica.

Espanha continua a ser indiscutivelmente o nosso principal parceiro económico. A banca espanhola reforçou e reforça enormemente a sua quota no mercado português e não faz sentido que não haja um banco português disponível para apoiar as empresas portuguesas que trabalham em Espanha.

Do meu ponto de vista, tem toda a lógica continuar com uma presença em Espanha. Os moldes, a conceção pode ser um pouco diferente, mas faz todo o sentido.

Por que é que Espanha registou as imparidades que registou? Gostaria muito de poder desenvolver isto. Neste momento, vou limitar-me à conclusão.

Conjuntamente com o Banco Caixa Geral e na medida em que o balanço e o capital existente do Banco Caixa Geral não permitiam absorver certas operações de crédito de algum montante e valor e na medida em que a Caixa Banco de Investimento já estava localizada em Espanha desde 2004 — antes, portanto, de se pôr em curso o projeto do Banco Caixa Geral — e

tinha como missão fundamental procurar aproveitar o mercado financeiro espanhol que estava em grande expansão e elevadíssima rentabilidade, o Banco Caixa Geral foi negociando um conjunto de participação em sindicatos bancários em Espanha, sindicatos bancários em relação aos quais detém um *state* médio de 6,7%.

Não cabendo essas operações no Banco Caixa Geral, embora inicialmente algumas tenham entrado nesse Banco, acabou por ter de se decidir criar uma sucursal com uma gestão independente do Banco Caixa Geral, como, aliás, é obrigatório, de acordo com os regulamentos em Espanha. Ora, a sucursal da Caixa Geral absorveu, parqueou grande parte desses investimentos, dessas participações em sindicatos bancários. Curiosamente, a maior parte nem sequer é da área imobiliária.

Tudo isto está na documentação que eu indiquei. Por sector de atividade, está onde foram feitos esses investimentos.

Mas 80% das imparidades registadas em Espanha — 80%! — resultam de operações originadas pela banca de investimento. Nada têm a ver com o projeto de crescimento orgânico e de implementação do Banco Caixa Geral em Espanha; têm a ver com operações que podiam ser realizadas de qualquer maneira, estivesse ou não estivesse a Caixa com um banco em Espanha, porque foram operações de banca de investimento. Correram mal porque houve uma crise monumental em Espanha.

Se virem os documentos que vos entreguei e olharem para o comportamento da banca portuguesa em Espanha — quando digo banca portuguesa é o Banco Caixa Geral mais sucursal — percebe-se que é melhor que o da média espanhola e o do Banco Caixa Geral é francamente melhor que o da média espanhola.

Existe, nesta matéria, infelizmente, não digo desinformação mas informação não substanciada.

Creio que, com o documento que vos entreguei, procuro apresentar os dados factuais — o que estão aí são factos e números — que demonstram claramente que não foi a operação de criação do Banco Caixa Geral que provocou um qualquer tipo de dano grave à Caixa.

Se verificarem, os resultados de 2005 a 2015 do Banco Caixa Geral são 20 milhões de euros negativos, com a crise financeira que se passou em Espanha.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Engenheiro, durante os anos em que presidiu à Caixa, primeiro como Presidente Executivo e depois como *chairman*, com que regularidade manteve contactos com o acionista, com os dois ministros com que contactou, quer para discutir matérias relacionadas com a atividade estratégica da Caixa, quer matérias concretas, como, por exemplo, a distribuição de dividendos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, como já referi, vivemos, durante o meu mandato, um período de gravíssima crise financeira internacional, onde a banca portuguesa teve uma resiliência e uma *performance* notável durante esse período de 2008-2010, e eu digo notável porque é notável.

Se virem no quadro em que comparei, de todo o conjunto de apoios, entre garantias de Estado e reforços de capital concedidos à banca europeia, vemos que a posição da banca portuguesa é uma das três que menos recursos utilizou durante esse período. Curiosamente, a que utilizou menos de todos

foi a Itália e, hoje em dia, enfrenta grandes problemas. A banca portuguesa foi a das que menos utilizou e só utilizou garantias nessa altura.

Era, portanto, completamente natural que houvesse um diálogo muito frequente com o acionista, quer na pessoa do Sr. Ministro das Finanças, quer na pessoa do Sr. Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

Tínhamos reuniões periódicas do Conselho de Administração completo com o Sr. Ministro e com o Sr. Secretário de Estado e eu tinha reuniões frequentes mais com o Sr. Secretário de Estado, mas também, algumas vezes, com o Sr. Ministro. Nessas reuniões, analisávamos a evolução e as necessidades do sistema financeiro e, naturalmente, como é absolutamente normal que aconteça, havia um diálogo intenso sobre as principais preocupações, por um lado, e os principais projetos, por outro.

Sobre os principais projetos — e isto é um mero exemplo —, em determinado momento, surgiu, de acordo com decisões de natureza política, o interesse de se criar um banco de desenvolvimento em Angola e um banco de desenvolvimento em Moçambique.

Claro que fui chamado para receber orientações no sentido de a Caixa ser o banco português que fosse parceiro desse banco de desenvolvimento. E competiu-nos fazer uma negociação que, se a economia não tivesse, na realidade, sido objeto do flagelo derivado da crise da dívida financeira, poderia ter tido o maior interesse para Portugal. Mas, na realidade, esse projeto teve de ser interrompido em função da crise que aconteceu.

Nessas reuniões discutíamos também as eventuais necessidades de capital que a Caixa viesse a necessitar por força, por um lado, do apoio que tinha concedido a outras instituições — esse é o fator menor —, mas, principalmente, para manter o objetivo de assegurar o financiamento da economia num momento particularmente difícil. E isso foi sempre dito.

Devo relevar aqui um facto que é da maior importância: as agências de *rating* consideravam que o compromisso do Estado português de realizar

aumentos de capital desde que a Caixa os necessitasse era uma das razões fundamentais dos elevados *ratings* que a Caixa Geral de Depósitos manteve.

Sr. Deputado, as reuniões eram de trabalho, eram reuniões de troca de impressões muito orientadas para o momento em que vivíamos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — No final de 2007, os lucros da Caixa Geral de Depósitos totalizaram 850 milhões de euros, em números redondos. A Caixa detinha, na altura, uma quota de mercado próxima dos 30% e o crédito a clientes ultrapassava 68 000 milhões de euros.

Nos primeiros nove meses de 2008, os lucros da Caixa desceram 35,3%. Durante esses nove meses, obviamente que o efeito da pressão da situação dos mercados internacionais fez-se sentir na Europa e também no nosso sistema financeiro, a crise do *subprime* propagava-se com bastante acutilância, assistimos àquele *crash* bolsista em outubro de 2008.

Podemos dizer que esta descida dos lucros da Caixa e a degradação da sua situação económica tinha a ver diretamente, nos primeiros nove meses de 2008, com a crise do *subprime* e com os seus efeitos?

Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, é inteiramente assim.

A verdade é que não podemos deixar de lembrar que o PSI 20 caiu 50,1% em pouco tempo e que a destruição de valores no mercado acionista foi brutal. E a Caixa Geral de Depósitos, porque tinha um conjunto relevante de participações financeiras em várias empresas, foi imediatamente fustigada pela necessidade de registar imparidades por desvalorização de carteira e

dessas ações, o que foi ocorrendo em cada um desses três anos do meu mandato.

De tal maneira que, como já referi, a totalidade das imparidades por desvalorização da carteira nesse momento foi de 1232 milhões de euros, o que por si só é maior do que a queda dos resultados do conjunto dos anos em relação ao ano de referência que mencionou.

Indiscutivelmente, foi um período em que uma das nossas grandes preocupações tinha a ver com a situação dos mercados financeiros internacionais e, principalmente, o mercado de capitais, com a evolução que se estava a registar a nível dessas participações financeiras e, ao mesmo tempo, também, com um início de degradação das taxas de incumprimento. Está no documento que vos apresentei.

Não nos podemos esquecer que, depois da crise da Lehman Brothers, a Euribor atingiu o valor de 5,2%. Em outubro de 2008, o valor da Euribor era de 5,2%. Esse valor tinha um imediato impacto designadamente em relação ao crédito à habitação, embora também naturalmente ao crédito às empresas.

Mas, no que diz respeito ao crédito à habitação, trouxe problemas muito complicados às famílias menos protegidas. Daí, como referi na introdução que fiz muito brevemente, que a Caixa tenha posto imediatamente um conjunto de medidas em prática para atenuar os efeitos do que foi essa subida radical do valor do indexante Euribor.

Por isso, também houve algum aumento das taxas de incumprimento. Mas, como já aqui referi, passou de 2,3% para 2,8% ou 2,9%, se não estou em erro, durante este período.

O montante total das imparidades que foram registadas nessa altura, sensivelmente idêntico ao das imparidades por desvalorização de carteiras, foi também de 1230 e picos milhões de euros.

Foi um período difícil, mas, mesmo assim, conseguimos, ao longo deste período, manter resultados positivos, conseguimos distribuir dividendos ao acionista que ultrapassaram os 800 milhões durante este período, tivemos o apoio do acionista na altura através da realização de aumentos de capital que eram necessários exatamente para cumprir as missões que tínhamos de cumprir de assegurar o financiamento da economia. E também porque nessa altura Basileia III impôs novos rácios e novos critérios e o último aumento de capital de 550 milhões foi basicamente realizado para poder satisfazer esses novos objetivos e esses novos rácios que foram definidos.

Queria mencionar um outro fator que também tem a ver com o início da pergunta do Sr. Deputado João Paulo Correia, que é uma história, mas é uma história com algum interesse: quando assumi funções em janeiro, embora o fecho de contas do exercício anterior, naturalmente, competisse ao conselho de administração anterior, tinha-as preparado, quem tinha de aprovar e assinar as contas era já o novo conselho.

E uma das questões que eu imediatamente coloquei, porque o resultado era particularmente elevado, era se não havia possibilidades de fazer algum reforço de provisões. E devo dizer que a resposta que obtive nessa altura foi a de que a Caixa estava completamente provisionada, que não podia reforçar provisões genéricas, que seriam consideradas reservas ocultas, que a Caixa estava numa situação extremamente forte.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Situando ainda esta questão que lhe quero colocar nos finais de 2008, no período em que a crise financeira internacional se fazia sentir com bastante acutilância em Portugal e no sistema financeiro, a falta de liquidez e a insuficiência de fundos próprios

começava a ser uma doença do sistema financeiro português, que depois se refletia também no apoio à economia, nomeadamente às micro, pequenas e médias empresas.

O ambiente político, nacional e europeu, apontava para medidas contra-cíclicas, de alargamento da concessão de crédito, do alargamento de financiamento de projetos de investimento, quer ao nível europeu quer ao nível nacional. Recordo que, em fevereiro de 2008, o PSD apresentou um projeto de resolução que recomendou ao Governo, na altura do Partido Socialista, um programa de apoio às micro, pequenas e médias empresas.

Recordo, também, que, em novembro de 2008, a Comissão Europeia recomendava ao Conselho Europeu um programa de relançamento da economia europeia, programa esse que atribuía missões específicas ao Banco Central Europeu, aos bancos nacionais e às empresas. Vou citar uma passagem introdutória do papel do Banco Central Europeu nessa comunicação da Comissão Europeia: «O Banco Central Europeu já demonstrou a sua importância a nível da estabilização dos mercados, através da concessão de empréstimos aos bancos e da sua contribuição para a liquidez do sistema».

Quanto ao papel dos bancos: «Na fase presente — e recorde novembro de 2008 — é fundamental que os bancos retomem o seu papel normal de fornecimento de liquidez e de apoio ao investimento da economia real. Os Estados-membros devem utilizar o substancial apoio financeiro concedido ao sector bancário, a fim de promover a um retorno às atividades normais de concessão de crédito e de assegurar que as reduções nas taxas de juro diretas sejam repercutidas a nível dos mutuários».

Quanto ao próprio Banco Europeu de Investimento tenho aqui uma orientação proposta pela Comissão Europeia em novembro de 2008: «A atual crise impõe um reforço das intervenções do Banco Europeu de Investimento. O Banco Europeu de Investimento irá aumentar as suas intervenções anuais

em cerca de 15000 milhões de euros nos próximos dois anos». Saberá, certamente, que o Banco Europeu de Investimento aumentou a aprovação de projetos em Portugal de 2007 para 2008 na ordem dos 62% — estamos a falar de cerca de 2700 milhões de euros.

Portanto, a orientação da Comissão Europeia era a do relançamento da economia, através destas medidas, para o Banco Central Europeu, para os bancos nacionais, para os Estados-membros e para as empresas. O próprio conselho do Ecofin também apontava neste sentido e, portanto, a política de concessão de crédito e de atuação da Caixa Geral de Depósitos não estava isolada, não era uma ilha no sistema financeiro português e muito menos no sistema financeiro europeu e na política europeia. O acionista, neste caso, o Governo da altura, o Estado, não estava contra aquilo que era a política europeia, conforme referi aqui.

Portanto, a Caixa não se pôs, na altura, de uma forma irresponsável e estouvada, a conceder crédito, tinha orientações concretas nesse sentido, emanadas não só da Comissão Europeia, do Conselho Europeu, do Ecofin, do Banco Europeu de Investimento. Era assim ou não?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira** — A minha resposta é muito simples: em primeiro lugar, a orientação era mundial — G20. Em segundo lugar, a orientação era europeia — Conselho Europeu e Comissão Europeia. Em terceiro lugar, a orientação era de todas as instituições com base nas quais funciona a Europa e o Eurosistema. Em quarto lugar, embora houvesse um objetivo de procurar apoiar a economia, designadamente através de contenção no que diz respeito aos *spreads*, e uma vez que o indexante Euribor já estava muito alto, não invalidavam minimamente, essas orientações não invalidam minimamente que, quanto à concessão de crédito, os critérios de avaliação de risco não tivessem mantido o mesmo rigor e a mesma qualidade.

Queria deixar bem claro que estou convictamente certo que durante o meu mandato não existiram situações de concessão de crédito que não tenham seguido todas as regras, procedimentos e normas que devessem ser seguidas na concessão desse crédito. Não me lembro de um único caso.

Porque penso que todas as comparações são importantes, no quadro que está perto do fim faço a comparação da evolução da concessão do crédito às empresas e, nesse período, embora a Caixa tivesse passado para primeiro lugar na concessão de crédito às empresas, está muito próximo do BCP e do BES, não houve grandes diferenças no que diz respeito às políticas de concessão de crédito por parte das diferentes instituições financeiras.

Finalmente, a Caixa tinha uma vantagem significativa em relação aos outros bancos num momento de dificuldade de liquidez. É que a Caixa tinha um volume de depósitos muito significativo.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Então, Sr. Eng.º Faria de Oliveira, por tudo aquilo que tem dito e também pelas respostas que tem dado às perguntas que foram colocadas, é legítimo concluir que a esmagadora maioria das imparidades que a Caixa registou neste período, entre 2008 e 2013, resultou do impacto da crise financeira internacional, da crise da dívida soberana e, também como disse inicialmente na sua apresentação, do impacto muito contundente da recessão prolongada e da queda do PIB português durante alguns anos em Portugal. É assim?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira** — É, com um complemento. Sem dúvida que, em primeiro lugar, a crise financeira internacional despoletou; em segundo lugar, a recessão económica sentida a partir do início da crise da dívida soberana e a sua intensificação levaram a

que as empresas, que já estavam muito endividadas e subcapitalizadas, vissem os seus mercados a diminuir, tivessem começado a sofrer um impacto enorme desta crise.

As imparidades resultam principalmente deste fator, que, é indiscutível, é de longe o que tem maior significado e maior peso, também pelo facto de ter havido uma mudança, não de paradigmas, de modelo de crescimento da economia portuguesa, que estava centrado muito nos bens não transacionáveis e foi orientado, e muito bem, para um desenvolvimento com base nos bens transacionáveis. Houve paragem do investimento público e todo o conjunto de empresas que trabalhavam em sectores muito ligados aos bens não transacionáveis, e muito em particular as empresas de construção civil, as imobiliárias, algumas ligadas ao sector energético e outras, viram-se com um mercado nacional praticamente estagnado ou com diminuições significativas em relação ao passado recente e as empresas não aguentaram; estavam endividadas, estavam subcapitalizadas, perderam negócio, perderam mercado e, naturalmente, isso teve um impacto muito grande na sua capacidade de resistir.

Esta é, de facto, a razão principal das imparidades que foram registadas ao longo do tempo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Paulo Correia, tem 1 minuto e meio para usar da palavra.

Faça favor.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, para finalizar, tenho mais duas questões.

Sr. Eng.º Faria de Oliveira, por tudo o que tem dito, a política de concessão de crédito enquanto presidiu à Caixa Geral de Depósitos, de 2008 a 2013, foi sempre conduzida com grande rigor e transparência. A política

de registo de imparidades cumpriu sempre os melhores níveis de exigência, quer os determinados por força de lei, quer de acordo com as opções estratégicas da Caixa Geral de Depósitos e também do supervisor, que até novembro de 2014 foi sempre o Banco de Portugal, o que também concluímos das suas afirmações. Portanto, não houve nenhum crédito de favor durante esse período de 2008 a 2013?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira** — Em termos de ex-Presidente da Caixa Geral de Depósitos, não sei o que é um crédito de favor.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Para finalizar, o Eng.º Faria de Oliveira era o Presidente da Caixa Geral de Depósitos por altura da negociação do memorando da troica, do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro e queria fazer-lhe uma primeira pergunta sobre este tema: participou nas negociações?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira** — Não, não participei nas negociações.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Foi consultado pelo acionista para fornecimento de opinião, de dados, de elementos para as negociações?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira** — Não fui consultado pelo acionista nessa matéria. A única memória que tenho de

ter feito uma intervenção nessa altura foi no momento em que surgiu a notícia de que a troica pretendia a privatização da Caixa e eu, nessa altura, tive de intervir para manifestar o meu total desacordo em relação a isso.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — De facto, essa foi também uma matéria que foi aqui respondida pelo Ministro das Finanças Dr. Teixeira dos Santos, que, na altura, recusou-se a iniciar qualquer tipo de conversação com essa proposta em cima da mesa. Era, de facto, um objetivo estratégico do Primeiro-Ministro Passos Coelho, então líder do PSD, numa entrevista ao *Jornal de Notícias*, no dia 12 de janeiro de 2008, onde à pergunta: «Acha que a Caixa Geral de Depósitos devia ser privatizada?», Pedro Passos Coelho respondeu: «Acho». E o dia 12 de janeiro de 2008 coincide com o início do seu mandato. Portanto, foi, na altura, uma forma de marcar o novo mandato da Caixa Geral de Depósitos, pois não seria de estranhar que essa hipótese estivesse em cima da mesa, atendendo à visão que o líder do PSD da altura tinha sobre esta matéria.

Para terminar, faço uma última pergunta: foi criada uma linha de apoio de 12 000 milhões de euros à banca nacional para recuperar da sua situação, foram consumidos cerca 6400 milhões de euros da quantia total dessa linha de apoio. Acha que a Caixa reforçou o capital para os níveis que precisava e que a banca portuguesa recorreu como devia a esses 12 000 milhões de euros?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira** — Sr. Deputado, brevemente e em primeiro lugar, quanto à primeira questão, quando eu disse que fiz algumas intervenções quando tive a notícia de que a troica pretendia a privatização da Caixa, uma delas foi com o Sr. Dr. Pedro

Passos Coelho e a conversa que tive com ele julgo que foi extraordinariamente positiva.

Em segundo lugar, em relação à questão que me coloca, também escrevi no documento que a linha de 12 000 milhões foi definida de acordo com o critério de ir realizando aumentos de capital à medida que se registavam as imparidades, numa lógica de *going concern*, e essa linha não foi, inicialmente, dotada de maior valor devido ao facto de a dívida pública já estar extremamente elevada e de não ter sido possível negociar com a troica um valor superior.

Devo dizer que, no meu ponto de vista, nessa altura justificava-se perfeitamente que tivesse havido um reforço para o que diz respeito às dívidas das empresas públicas ao sistema bancário, pelo menos isso, mas nem isso foi possível negociar nessa altura.

Em qualquer circunstância, e indo diretamente à questão, a linha foi insuficientemente utilizada e acho que o sistema bancário nessa matéria também tem culpas.

Foi demasiado parcimonioso, ou avaliou, eventualmente, de uma maneira positiva de mais, a sua capacidade de fazer face à crise económica, que foi muito mais profunda, provavelmente, do que se esperava.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar à segunda série de questões e, de acordo com as regras estabelecidas, cabe a palavra ao Sr. Deputado Moisés Ferreira, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero, em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, cumprimentar o Eng.º Faria de Oliveira e agradecer a informação que nos trouxe e que expôs sinteticamente.

Começarei por Espanha para lhe perguntar, relativamente ao plano que foi, depois, conhecido por plano 2-3-2, e que passaria por aumentar o número de ativos sob gestão, o número de clientes e o número de balcões em Espanha, como é que estes objetivos foram atingidos. Através de que medidas, em Espanha, é que estes objetivos foram atingidos?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, pela sua pergunta.

Penso que, uma vez mais, no documento que entreguei expresso com clareza a evolução que ocorreu, mas gostaria de começar por explicar o que é que significa isso do plano 2-3-2.

No documento que me foi entregue e que conduziu à minha aceitação para ir liderar o processo de crescimento orgânico do Banco Caixa Geral em Espanha, depois do saneamento, revitalização e *break-even* e, depois, da consolidação para a rentabilidade, esse estudo apontava que, para cumprir este projeto, seria necessário triplicar o ativo total, na medida em que o nível de crédito concedido pelo banco era, de facto, bastante exíguo. Deveria duplicar-se a base de clientes, que era muito exígua – eram cerca de 150 000 clientes e havia um objetivo de atingir os 300 000 clientes – e deveria duplicar-se o número de agências, sendo este um objetivo fundamental, visto que a aquisição de uma outra instituição tinha dois objetivos que era o de alargar a rede, por um lado, e utilizar as plataformas tecnológicas existentes noutra instituição, na medida em que havia fortes carências no Banco Simeón antes de ser Banco Caixa Geral.

Assim, o trabalho que foi feito desencadeou-se no sentido de, por um lado, criar um modelo de governo que permitisse uma grande eficiência, e, depois, realizar um conjunto de iniciativas que transformassem o banco efetivamente.

De entre essas iniciativas estabeleceu-se um plano comercial que visava poder chegar a atingir o objetivo do crescimento – atenção, que é até ao ano 2010 – em termos de triplicar o ativo do banco, um plano de *marketing* para esse efeito, e um dos aspetos importantes desse plano de *marketing* era um forte incentivo no desenvolvimento do crédito à habitação na medida em que Portugal era muito mais avançado em termos de produtos orientados para o crédito à habitação e do *cross-selling* com a banca *insurance*, etc. e foi por isso que também pusemos a Fidelidade Mundial em Espanha.

Visava-se utilizar um novo modelo de gestão de risco muito mais eficaz – aliás, devo dizer que o que respeita ao modelo de gestão de risco havia uma grande ligação com a casa-mãe, a autonomia existente era muito limitada –, com melhorias operativas significativas e desenvolvimento de novas áreas como a *compliance*, a assistência ao cliente e uma alteração importante na plataforma informática, pois, visto que não tinha sido possível adquirir, tínhamos de alterar a nossa plataforma informática.

Estas foram algumas das medidas muito relevantes que foram tomadas para mudar o banco, para transformar o banco num banco moderno e operacional.

O aumento do número de agências ia fazer-se gradualmente. Atingido o *break-even* começámos a aumentar o número de agências e localizá-las exatamente nas áreas do mercado espanhol onde havia manifesta exiguidade. O Banco Caixa Geral, ex-Simeón, tinha uma forte implantação na Galiza e uma implantação forte também na Extremadura, sendo que estas duas autonomias espanholas não são, do ponto de vista económico, as mais relevantes.

Em Madrid tínhamos pouquíssimas agências que tinham resultado da compra do Chase Manhattan e tínhamos duas ou três agências na Catalunha e, portanto, o nosso objetivo do crescimento orgânico de novas agências foi

centrá-las em novas localizações, das mais dinâmicas e onde as empresas portuguesas mais trabalhavam o mercado espanhol. Daí o tal objetivo de duplicar o número de agências pela via do crescimento orgânico, isto é, alugando instalações e criando essas agências.

Portanto, este objetivo teve de ser interrompido no final do primeiro período, porque, com o começo da crise, chegou-se à conclusão de que o melhor era *wait and see*, no sentido de ver como é que evolui a economia e os mercados em Espanha.

Portanto, houve algum crescimento orgânico, mas não se atingiu o objetivo previsto para 2010 no diz respeito a essa matéria. Cumpriram-se a 100%, ou até um bocadinho mais, todos os objetivos até 2007; 2008 ainda foi um ano que correu de acordo com o previsto, mas, a partir daí, houve necessidade de uma travagem.

No que respeita ao quarto objetivo, de duplicar o número de clientes, a base era abrir contas de vencimento e aproveitar a tal oferta do crédito à habitação para fidelizar clientes.

Portanto, isto tinha uma lógica e, para um banco pequeníssimo como o era o Banco Caixa Geral, era fazível, era realizável e foi realizado enquanto não tivemos de passar para a segunda fase do desenvolvimento em Espanha, que foi, exatamente, a de regredir e reajustar.

Esta fase foi realizada com tanta eficiência que o acompanhamento que a Direção-Geral da Concorrência fez do plano de reestruturação da Caixa que foi feito em Espanha mereceu a notação de «cumprido a 100%». O banco hoje é rentável, teve 20 e poucos milhões de euros, em 2014, teve 25 milhões de euros, em 2015, e vai ter ainda mais em 2016.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — O aumento dos ativos sob gestão, como depreendi das suas palavras, aconteceu muito por via, então, de um aumento da concessão de crédito à habitação. É isso?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, o crédito à habitação sofreu, de facto, um aumento significativo. Sr. Deputado, não tenho os números de cor, mas eles constam do documento que eu entreguei. Mas, sim, sem dúvida, o crédito à habitação subiu bastante. Nós desenvolvemos uma única campanha na televisão em Espanha sobre crédito à habitação e teve um sucesso enorme.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Pergunto-lhe isso também por causa da sucursal que, depois, veio a ser constituída em Espanha, porque tanto o Dr. Carlos Santos Ferreira como, agora, o Eng.º Faria de Oliveira justificaram a criação da sucursal no segundo semestre de 2007, creio eu, dizendo que o Banco Caixa Geral não tinha dimensão para conceder os créditos de grande dimensão, daí alguns deles serem, depois, transferidos ou parqueados na sucursal da Caixa Geral de Depósitos.

A minha questão é a seguinte: se o Banco Simeón/Banco Caixa Geral cresceu na sua gestão de ativos muito por via do crédito à habitação – e, enfim, supõe-se que o crédito à habitação não sejam grandes créditos... –, então que outros créditos estavam a ser concedidos, esses que, depois, eram transferidos para a sucursal?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Acho que há um bocadinho de empolamento na questão da transferência dos créditos que transitaram do Banco Caixa Geral para a sucursal.

A maior parte dos créditos existentes na sucursal eram de operações de Caixa Banco de Investimento e, na fase inicial, algumas dessas operações foram parqueadas – nem sequer havia sucursal – no Banco Caixa Geral e algumas dessas transitaram, depois, para a sucursal para libertar capital e permitir outro tipo de operações.

No quadro que apresento na pág. 6 do documento sobre Espanha mostro os setores de atividade que eram servidos pelo Banco Caixa Geral em termos de crédito e o Sr. Deputado verificará o seguinte: a área do comércio e atividades complementares representavam 23% dos créditos concedidos; a indústria 13%; a construção apenas 8%; a produção e distribuição de energia 6%; os transportes e comunicações 5%; a agricultura, pescas e indústrias extrativas e hotelaria 7%; água, saneamento, educação e resíduos 16%; e imobiliário 22%.

Este quadro mostra bem que houve uma preocupação de diversificação da atuação do Banco Caixa Geral e que a concessão de crédito às empresas por parte do Banco Caixa Geral obedecia, de facto, a critérios de distribuição sectorial racionais.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — É uma operação normal a de transferência de parqueamento de créditos dentro do Grupo Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — As operações desenvolvidas pela banca de investimento na grande maioria dos casos são parqueadas, em geral, nos mercados para onde esses financiamentos são destinados, mesmo que sejam sindicatos...

E eu aqui queria insistir muito numa coisa: nesses sindicatos, o *state* médio tomado pelo Banco Caixa BI é de 6,9%, não foi líder de nenhum desses sindicatos, os sindicatos foram sempre liderados pelos grandes bancos internacionais, muitos tinham 30 bancos participantes, outros menos naturalmente, mas todos faziam a mesma avaliação de risco. Todos! A maior responsabilidade era do banco líder, mas todos faziam a sua avaliação de risco. Portanto, não se pode dizer que foi pela área de avaliação de risco que estes créditos acabaram por sofrer imparidades significativas.

Mas, do ponto de vista da gestão de uma instituição e em termos de resultados consolidados, de facto, uma gestão, cumprindo todas as regras existentes de acordo com os diferentes reguladores dos diferentes mercados, deve ser feita no sentido de maximizar o resultado.

No caso concreto de Espanha, a maior parte das operações sindicadas eram dirigidas ao mercado espanhol. Na fase final, a partir de 2013, na fase em que o plano de reestruturação entrou em vigor, de acordo com as conversações mantidas com quem de direito – e quem de direito era quem acompanhava o plano de reestruturação –, houve transferência de mercados de outros destinos para o banco em Espanha, porque, de alguma maneira, centrou-se um bocadinho no banco em Espanha, e, aí, sim, um bocadinho de *bad bank*, mas só a partir de 2013.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — E tem conhecimento, por exemplo, de transferências também de créditos para sucursais como, por exemplo, a sucursal de França, neste mesmo sentido de parquear em França créditos que podiam não estar a ter o melhor desempenho?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — É possível que tenha havido. Não me estou a lembrar de um caso em concreto, mas é possível, porque faz parte da gestão normal que assim aconteça. Não me lembro de nenhum caso concreto, mas é muito natural que tenha ocorrido.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Pergunto-lhe isto porque o relatório anual da Caixa Geral de Depósitos de 2010 aponta um papel específico para a sucursal francesa, nomeadamente no desempenho da atividade internacional como intermediária de certos fluxos internacionais, em colaboração estreita com a sucursal, por exemplo, nas Ilhas Caimão onde estão sediadas a CGD Finance e a Caixa Geral Finance, a partir de 2004.

Tendo isto em conta, pergunto-lhe se a sucursal em Paris também serviria para parquear alguns destes créditos, nomeadamente um que continua a aparecer nos relatórios trimestrais, pelo menos em 2014 ainda aparecia, que era a exposição ao Grupo Espírito Santo. Tem conhecimento de que esse crédito terá sido parqueado em Paris?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Isso já não é do meu tempo. Não lhe posso responder cabalmente.

Em relação à primeira parte da sua questão, como já referi, operações originadas pela via da banca de investimento podem ser parqueadas onde for mais conveniente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Para usar a sua expressão e só para que fique claro: no que respeita ao seu tempo à frente da Caixa Geral de

Depósitos a exposição ao GES não tinha sido parqueada na sucursal francesa?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, que eu tenha presente não, mas teria de verificar. Apesar de ter saído da Caixa Geral de Depósitos há menos tempo, não tive acesso a esse tipo de documentação, portanto, não lhe posso garantir. De facto, não tenho memória disso.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Numa entrevista que deu para a realização dos livros sobre a história da Caixa Geral de Depósitos referiu que, na conversa com o Dr. Carlos Santos Ferreira, na passagem de pastas, abordaram alguns temas mais quentes, e eu gostava de lhe perguntar quais foram esses temas mais quentes que foram abordados na passagem de pastas.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Eu não me lembro que, nessa altura, houvesse muitos temas muito quentes... Eu digo isso na entrevista? Temas mais quentes!? Mais atuais, talvez! Por exemplo, a questão de procurar solucionar em definitivo a questão do banco em Angola ou do banco no Brasil... Isso lembro-me perfeitamente de ter falado com ele. Mas não sei a que é que ele se poderia ter referido.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Se me permite, reformulo a pergunta, para retirar a expressão «mais quentes» de cima da mesa, e pergunto-lhe

quais foram os temas centrais, ou mais importantes, nessa passagem de pastas.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — A passagem de pastas foi mesmo passagem de pastas.

Tive uma conversa muito breve com o Dr. Santos Ferreira, ele entregou-me um documento, que tinha basicamente os aspetos fundamentais dos pontos pendentes que ele deixava para o Conselho de Administração, nomeadamente a preocupação da aprovação das contas que ele tinha acabado de fechar, mas que ainda não estavam completamente fechadas. Portanto, essa seria seguramente uma das prioridades do início da minha gestão, até porque, como sabe, embora a assembleia geral só ocorra em março/abril/maio, as contas das instituições bancárias são apresentadas em fevereiro e, portanto, havia muito pouco tempo para o fazer, e, muito provavelmente, nessa altura, o Dr. Santos Ferreira ter-me-á referido as situações eventualmente mais delicadas de algum caso concreto de incumprimento de crédito, mas eu não estou, neste momento, a identificar o que é que ele me deixou nessa matéria.

Conheço perfeitamente... Mesmo em relação aos créditos não originados durante o meu mandato, porque tive de fazer o acompanhamento, como a Caixa teve de fazer o acompanhamento dessas situações, teve de procurar recuperar esses créditos, teve de atuar no sentido de diminuir o máximo possível, isto é, de minimizar qualquer tipo de perdas para a instituição, acompanhei todos esses *dossiers* com todo o cuidado. Mas isso não significa que, nessa altura — não me lembro —, houvesse algum caso muito significativo. Nessa altura, não me lembro de nenhum caso que fosse muito significativo.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Pedia-lhe apenas que fizesse uma pequena precisão. Disse que poderiam ter abordado, eventualmente, algum crédito em incumprimento. Pedia-lhe que nos explicasse se um dos temas de conversa foi o dos créditos em incumprimento, se esse foi mesmo um tema de conversa, independentemente de ser o crédito *a*, *b* ou *c*, e, depois, que créditos em incumprimento é que poderiam estar a gerar preocupação já nessa altura.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, não me lembro de nenhum caso de crédito em incumprimento que fosse substantivo. Principalmente em relação àqueles que têm vindo a ser comentados nesta Comissão de Inquérito, nessa altura, não havia nenhuma situação que prefigurasse uma situação grave de crédito em incumprimento.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Não foi, portanto, um tema de conversa.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Que me lembre não.

Apenas posso dizer, e repetir, porque acho que isto é muito importante que se compreenda, o seguinte: os créditos têm um período de vida e as imparizações dos créditos, as imparidades, são registadas à medida que se vão fazendo análises e se vai verificando que a situação do devedor se degradou a tal ponto que é necessário rever as situações.

No início de 2008, tínhamos saído de uma situação em que a nossa economia, embora tivesse tido um crescimento anémico durante toda essa

década, não apresentava sinais de grande problema para o sistema bancário, de tal maneira que a banca estava pujante. Aliás, 2007 deve ter sido o ano mais pujante para o sistema bancário, embora seja difícil fazer comparações com anos muito do passado, mas em relação ao passado recente 2007 foi um ano de glória para o sistema bancário.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — O Engenheiro Faria de Oliveira já tinha referido, mas nesta apresentação que teve a amabilidade de trazer refere também que a Caixa tinha algumas participações que consideraria estratégicas, nomeadamente a Galp, a EDP, a PT, a Zon, a REN, que tiveram as suas evoluções, mas que considerava estratégicas.

No entanto, em 2008 e em 2011 há um reforço da participação qualificada no BCP. O BCP não era uma participação estratégica para a Caixa, no passado tinha resultado em prejuízos gravíssimos. A Caixa vinha de uma relação muito duvidosa com o BCP, porque esteve a financiar a aquisição de ações deste banco, mas, mesmo assim, em 2008 e, depois, em 2011 houve um reforço destas posições.

Assim, gostava de lhe perguntar qual o racional, qual a razão deste reforço de posições? Por que é que a Caixa reforçou a sua posição no BCP nestes dois anos?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Creio que a Caixa acompanhou o aumento de capital, não reforçou a posição. E acompanhou o aumento de capital exatamente em abril de 2008 – a 10 de janeiro foi quando iniciei as minhas funções –, reduziu entre maio e junho muito mais do que aquilo que adquiriu nessa altura, tornou a aumentar entre

maio e junho de 2011 e isso teve, seguramente, a ver com as expectativas de valorização ou não valorização das ações do BCP.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Ainda assim, não sendo uma participação estratégica, qual a razão de não se desfazer desta participação e acompanhar o aumento de capital?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Viemos a desfazer... A Caixa acabou por vender completamente a sua posição no BCP.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — E, quando vendeu, vendeu com mais-valias ou com menos-valias?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Não me lembro, mas é pouco provável que tenha sido com mais-valias, porque a situação do BCP, como é conhecida, tem sido sempre... Esse é, aliás, sempre um dos grandes problemas de avaliação: quando é que se deve vender? Se se conseguem mais-valias ou se há expectativas de poder haver uma valorização ou uma desvalorização? Essas são análises que competem a especialistas, os especialistas é que as têm de fazer.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Para terminar, e porque estamos a falar na desvalorização das ações do BCP, relembro que, como sabe, as ações do BCP desvalorizaram imenso, chegando mesmo, no período em que a Caixa Geral de Depósitos esteve a financiar a aquisição de ações do BCP, a registar os seguintes valores: em junho de 2007 valiam 4,14 € e em dezembro de 2007 valiam 2,92 €.

A partir de 2008, o Conselho Fiscal alertou para o problema dos empréstimos que foram concedidos para a aquisição de ações a empresas cotadas, nomeadamente o BCP.

Era necessário e fundamental reforçar o valor dos colaterais, nomeadamente destes empréstimos e, por isso, gostava de lhe perguntar que medidas é que tomou sobre dois empréstimos que vieram a público, que foram os concedidos a Joe Berardo e a Manuel Fino, que, parece, tiveram sempre uma insuficiência de colateral. Aliás, mesmo quando lhes foi pedido um reforço de colateral, tendo em conta a desvalorização das ações, que eram o próprio colateral do empréstimo, a verdade é que Joe Berardo, a determinada altura, reforçou o colateral com 75% da sua coleção de obras de arte, o que, mesmo assim, não dava para cobrir a desvalorização das ações.

A questão que coloco é a seguinte: por que é que na altura não foi pedida uma maior garantia a Joe Berardo para reforçar o colateral e para cobrir a desvalorização das ações? E por que é que a Manuel Fino, que entregou cerca de 10% da sua posição na Cimpor, mas tinha 20% dessa posição, não lhe foi exigida uma maior colateralização dos empréstimos que tinham sido concedidos?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Em relação à primeira questão, sobre Joe Berardo, primeiro, uma questão genérica: todos os casos concretos que tinham a ver com financiamentos concedidos com garantias, pelo menos, parciais correspondentes às ações

adquiridas, tinham uma almofada mínima de 20%, isto é, a concessão de 100% de um crédito requeria a entrega com penhor de, no mínimo, 120% do valor das ações nessa altura.

Quando se dá a crise do mercado de capitais, naturalmente, muitos dos empresários não tinham condições para imediatamente repor o valor das garantias. No entanto, essa era a nossa missão. A nossa missão foi tentar encontrar forma de assegurar que as garantias concedidas por esses empresários fossem sendo repostas.

Nos dois casos concretos que avança, sinceramente, não gostava de falar de casos concretos. Porquê? Porque quem deve ser protegido acima de tudo são os clientes. Os clientes são o elemento objeto da razão de ser de um sigilo bancário, não é a gestão do banco, não é a instituição bancária. A razão de ser de um sigilo bancário é proteger os clientes e proteger a confiança nas instituições. Se isso não acontecer, é muito natural que aconteça a transferência de clientes para outros bancos, porque se perde confiança nas instituições. Portanto, falar em casos concretos é muito delicado.

Mas, respondendo à sua questão — porque este é um assunto que já tem sido muito falado —, houve reforço significativo de garantias. Chamo a atenção para o facto de o financiamento a esse senhor ter sido feito por três bancos, não por um único banco. Portanto, os três bancos negociaram o reforço de garantias, repartindo-o entre eles: parte foi coleção de arte, parte foram penhores e a Caixa conseguiu mais do que isso — mas apenas lhe posso dizer isto.

No que diz respeito ao Sr. Manuel Fino, a Caixa, tendo sido, provavelmente, o único banco a fazê-lo, adquiriu 10% do valor das ações da Cimpor à Investifino para regularização da sua situação. É certo que o fez inicialmente com um contrato específico, em que lhe deu um período para, mediante um custo, isto é, uma remuneração, poder readquirir aquela posição. Mas a verdade é que isso não veio a acontecer e, portanto, os 10%

de um crédito comprado por 4,75 € por ação acabaram por ser vendidos pela Caixa Geral de Depósitos a 5,5 € por ação, fazendo a Caixa uma importante mais-valia.

Portanto, a Caixa atuou, mas não atuou apenas com exemplos como este caso. Com todos os clientes em que se registava uma diminuição do valor das garantias, a recuperação de crédito da Caixa... A Caixa tem dois departamentos que funcionam estreitamente no domínio da recuperação de créditos. No acompanhamento do crédito, sempre que há sinais de alerta e há dificuldades de recuperação, essa direção tem uma ação muito específica. A recuperação pertence a uma outra direção, que atua através dos mecanismos de natureza jurídica e financeira possíveis para recuperar créditos. Todos eles atuaram no sentido de conseguir repor o mais possível as situações de incumprimento.

Qual era a alternativa? A alternativa era a execução e, muitas vezes, uma execução pode trazer mais prejuízos às instituições do que ir tentando recuperar o que está perdido através de reestruturações ou de medidas crescentes de recuperação de créditos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Engenheiro.

Passamos, então, ao Grupo Parlamentar do CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Sr. Eng.º Faria de Oliveira e agradecer o documento que nos trouxe, a exposição inicial e as respostas que foi dando, que, obviamente, já abrangem grande parte daquele que é o objeto desta reunião.

Sr. Engenheiro, queria perguntar-lhe, em primeiro lugar, em que termos lhe foi feito o convite para liderar a Caixa Geral de Depósitos: quem o convidou, quando e qual foi a forma.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Em primeiro lugar, não sei a data exata. Sei que estávamos pertíssimo do Natal, portanto, na última quinzena de dezembro, seguramente, mais perto do Natal do que do dia 15. Foi numa quinta-feira, eu estava a regressar de Madrid a Lisboa, recebi uma chamada para ir falar com o Sr. Ministro das Finanças e foi nessa altura que me foi feito o convite pelo Sr. Ministro, Teixeira dos Santos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Na reunião — presumo que tenha sido numa reunião — em que o convite foi formulado, a conversa que tiveram foi sobre o momento da Caixa Geral de Depósitos, sobre os objetivos que se pretendiam para o mandato, teve outros pontos de discussão ou não teve sequer estes?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — A primeira reunião foi praticamente para me endereçar o convite para presidir à Caixa Geral de Depósitos.

Nessa primeira conversa coloquei a questão de como poderia ser constituída a equipa, que margem de manobra teria para poder constituir a equipa, sendo que, como é normal em todas as circunstâncias, a responsabilidade da constituição da equipa é do acionista e deve haver uma

aproximação ou uma tentativa de chegar a acordo para uma equipa que dê garantias de eficácia.

Não respondi imediatamente ao convite, pedi 48 horas para dar a minha resposta e, portanto, nessa primeira reunião prática e exclusivamente recebi o convite. Sabia que a Caixa Geral de Depósitos ia apresentar resultados muito positivos, estava num momento particularmente forte de solidez e de rentabilidade. Tinha de, em primeiro lugar, falar com a minha família para saber se concordava com a aceitação e, ao mesmo tempo, começar a fazer um ou outro contacto para saber com quem é que podia contar para propor ao Sr. Ministro nomes para a equipa.

Portanto, nessa altura não falámos em estratégia, isso foi logo na segunda fase.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sobre a questão da equipa, como é que se processou a escolha? Já disse os termos enquadradores, mas como é que se processou a escolha concreta dos membros da equipa?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Foi basicamente através de diálogo, mas foi nestes termos: o Sr. Ministro chamou-me a atenção para a vantagem de pelo menos dois membros da equipa transitarem do Conselho de Administração anterior e, na segunda reunião, eu, por minha vez, propus ao Sr. Ministro os nomes que entendia que podiam vir a constituir essa equipa.

A conclusão final foi esta: numa equipa de sete membros, três foram propostos por mim, dois transitaram do Conselho anterior com acordo com o Ministro e um foi sugerido que integrasse a equipa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Engenheiro, sendo nós os dois...

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Eu também sugeri, houve uma sugestão de um lado e houve três sugestões do meu lado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Engenheiro.

É fácil nós sabermos, e sabemos, quais são os dois que transitaram. Dos outros quatro, qual foi aquele que foi sugerido pelo Sr. Ministro? Por exclusão de partes, os outros três terão sido sugeridos pelo Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Foi o Dr. Araújo e Silva, que tinha sido administrador financeiro responsável na Sonae e na Amorim, portanto, o *curriculum* dele não dava margens para grandes dúvidas acerca da sua capacidade.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Engenheiro, relativamente ao acompanhamento pelo acionista, falou-nos de reuniões periódicas e de discussão de matérias estratégicas, inclusive de reuniões de todo o Conselho de Administração com o Sr. Ministro das Finanças. Qual

era a periodicidade, com que regularidade é que discutiam e que tipo de questões é que eram discutidas nessas reuniões?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Se a minha memória o permite, a primeira foi para discussão da estratégia, do plano estratégico da Caixa Geral de Depósitos para o triénio e para fixação dos *key performance indicators*. Essa reunião foi precedida pela nossa entrega de um documento ao Sr. Ministro, que depois foi detalhadamente apreciado nesse encontro conjunto. E isso ocorreu logo no início de fevereiro, se a minha memória não me trai.

As outras reuniões ocorriam quase sempre a meu pedido para fazer pontos de situação, algumas vezes por iniciativa do Sr. Ministro. É difícil estabelecer uma periodicidade, porque era muito em função das circunstâncias, mas admito que possam ter ocorrido três ou quatro vezes por ano.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Engenheiro, o Sr. Ministro algum dia lhe que explicou porque é que, enquanto responsável por representar o acionista junto da equipa de gestão, tinha alterado a sua postura em relação àquela que tinha sido a sua postura no passado — sua, do Prof. Teixeira dos Santos?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Peço desculpa, mas...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado não se importa de ser um bocadinho mais específico?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Com certeza.

O que se passa é que o Prof. Teixeira dos Santos disse aqui, tal como já disseram também membros da administração, ou o Presidente do Conselho de Administração que antecedeu o Sr. Eng.º Faria de Oliveira, que as reuniões entre o Ministério e o Conselho de Administração eram raras e que não havia articulação relativamente às matérias estruturais, porque eram da responsabilidade da equipa de gestão. Parece que durante o mandato do Sr. Engenheiro enquanto Presidente do Conselho de Administração não foi assim.

O que perguntei foi se em algum momento o Sr. Ministro das Finanças transmitiu ao Sr. Engenheiro porque é que pretendeu imprimir um novo tipo de acompanhamento da realidade da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, agradeço a sua pergunta, que agora entendi perfeitamente.

Creio que — estas não foram palavras do Sr. Ministro para mim — a razão de ser foi que vivíamos uma profunda crise financeira, pelo que fazia todo o sentido haver reuniões periódicas com o principal banco, como havia reuniões periódicas com os presidentes dos bancos todos. Eram muito frequentes as reuniões do Ministro das Finanças e do Governador do Banco de Portugal, a partir de determinada altura, com a Direção da APB (Associação Portuguesa de Bancos), onde estavam os presidentes das instituições.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Engenheiro, não me leve a mal, vou agora fazer-lhe uma pergunta sobre uma matéria um pouco mais subjetiva mas que é relevante.

Não nos parece suficiente — por isso digo que é mais subjetivo — que seja precisa uma situação de crise financeira para que o acionista tenha um tipo de acompanhamento mais presente. Por isso é que fiz aquela pergunta, não por estranhar esse acompanhamento mais permanente, mas por estranhar o anterior acompanhamento, que era feito basicamente de uma discussão sobre o dividendo a distribuir e que não tinha absolutamente nada sobre matérias estratégicas.

A preocupação que temos e que nos apercebemos aqui que tem muito a ver com o acompanhamento que o acionista fez é que, se não houver uma crise, a Caixa vai seguindo o seu caminho. Acontece que, depois, as crises põem alguns problemas que não têm a ver apenas com essas crises, têm a ver com a condução da gestão da Caixa nos períodos que antecederam.

O que pergunto é o seguinte — e, numa primeira fase, perguntava-lhe apenas isto: se esse acompanhamento que foi feito nesse momento tivesse acontecido no passado, não haveria situações que chegaram ao mandato em que o Sr. Engenheiro foi Presidente da Caixa Geral de Depósitos que poderiam ter merecido melhor reflexão?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, só posso falar pela minha experiência, e a minha experiência foi que nunca houve nenhuma dificuldade em marcar reuniões tanto com o Sr. Ministro Teixeira dos Santos, como com o Sr. Ministro Vítor Gaspar, como com a Sr.ª Ministra Maria Luís Albuquerque sempre que considerava relevante que isso acontecesse e, do lado deles, em convocarem-me para reuniões sempre que entendiam que era importante discutir quaisquer matérias, também.

Acho que esta é uma boa prática. A prática do diálogo entre o acionista e os responsáveis pela condução de uma empresa, principalmente se essa empresa é pública, faz todo o sentido.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito obrigado.

Sr. Engenheiro, é exatamente por isso que colocava essa questão.

Uma vez que havia essas reuniões mais frequentes, como é que era feita a articulação entre a gestão do negócio bancário da Caixa e a política económica do Governo? Ou seja, falou-nos, por exemplo, da questão da eventual criação de bancos de desenvolvimento em Angola e Moçambique a determinado momento, ainda anterior à crise. Eram projetos estratégicos e daí a Caixa ter sido chamada. Relativamente a esta estratégia de política económica do Governo, como é que era feita essa articulação? Qual era a colaboração que era solicitada à Caixa Geral de Depósitos, se é que era solicitada alguma.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, sem querer fugir de todo a essa questão, acho que, quando se trata de projetos de particular relevância nacional, o Governo tem diálogo não apenas com a Caixa Geral de Depósitos mas como todos os bancos que, de alguma maneira, podem contribuir para a viabilização de um projeto.

Ao longo da minha experiência isso sempre aconteceu. Por exemplo, o Sr. Ministro da Economia tinha um projeto relevante, que achava que devia acontecer e que era apoiado com base em incentivos do Estado, etc., convocava a banca no sentido de dizer: «vamos ter um projeto interessante vejam lá se têm disponibilidade e interesse para...». É uma questão de

sensibilização e acho que essa sensibilização é normal e acontecerá, do meu ponto de vista, sempre.

Quando o banco é público, sem dúvida, esse tipo de diálogo tem ainda mais razão de ser. No entanto, devo dizer que, havendo muito diálogo sobre projetos de interesse, sobre reestruturações empresariais significativas, etc., nunca houve nenhuma indicação específica para conduzir a uma decisão que fosse objeto de pressão. Sensibilização, sim, houve! Pressão, não tenho conhecimento e eu, pessoalmente, nunca a recebi, como eu também não a faria internamente junto dos meus serviços.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É suficientemente esclarecedor relativamente ao que podemos, depois, comparar com outros mandatos e outra articulação entre equipas de gestão e Ministério das Finanças.

Gostaria, agora, de lhe colocar uma outra questão concreta relativamente a esta matéria: não deixa de ser estranho que, numa altura em que o Presidente do Conselho de Administração reconhece que havia sensibilização, que havia discussão, que havia essa articulação, haja muito menos evidência de situações em que decisões de concessão de crédito da Caixa Geral de Depósitos tenham acompanhado, de forma quase simétrica, a política económica do Governo.

Será que foi por causa dessa articulação? É que, no passado, o facto de não haver articulação gerou coincidências enormes ao ponto de contratos de financiamento serem acompanhados de financiamentos avultados da Caixa Geral de Depósitos sem que houvesse nenhuma relação entre uma coisa e outra.

O Sr. Eng. ° **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, vamos lá ver se consigo clarificar, pois eventualmente posso não ter sido completamente claro...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foi! Foi!

O Sr. Eng. ° **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Uma coisa é sensibilizar para a participação em determinado tipo de projetos considerados de interesse nacional ou de particular relevância para a economia, outra coisa é exercer pressão para a sua aprovação, e essa parte eu nunca tive.

Agora, sem dúvida, também tive uma experiência governativa longa e eu tinha diálogo com quem precisava de ter, portanto...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Engenheiro, estamos de acordo. Estranho é quem vem cá dizer que não há e, depois, nós verificamos a evidência de uma série de coincidências que são verdadeiramente impressionantes,...

A Sr.ª **Inês Domingos** (PSD): — Exatamente!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... porque numa fase – e é isto que volto a perguntar – em que existia esse diálogo entre a equipa de gestão e o acionista não temos evidência de tantas coincidências entre projetos que, do ponto de vista da política económica do Governo, mereceram destaque e financiamentos da Caixa Geral de Depósitos; noutra altura, em que nos foi dito que não havia essa articulação, são inúmeros os

casos – e posso voltar a referi-los – que vão do La Seda à Pescanova, ao Grupo Lena, ao BCP, e por aí fora. Não havia diálogo mas essas coincidências aconteceram.

O Sr. Engenheiro disse-nos que havia diálogo nesse tempo e nós não encontramos evidência desse tipo de operações. Será por causa do diálogo que isso não aconteceu?

O Sr. Eng. ° **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Não posso fazer juízos de valor, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas fica o registo da diferença que já não é de todo irrelevante – e está presente o Sr. Relator que, com certeza, tomará a devida nota da diferença existente entre a política seguida no mandato da Administração que o antecedeu e nesta a que o Sr. Engenheiro presidiu.

Outra questão importante, Sr. Engenheiro, é que temos aqui, no mandato que o senhor liderou, o encontro de duas realidades, uma realidade em que a Caixa apresentava resultados positivos num período em que foram tomadas decisões que vieram a ter consequências no futuro como acontece sempre.

No mandato em que o Sr. Engenheiro presidiu aconteceu uma crise financeira enormíssima e há um problema: é que entre as decisões que foram tomadas no mandato que o antecedeu e a crise financeira parece que se esfumam todas as responsabilidades de tudo aquilo que possa ter corrido mal na Caixa Geral de Depósitos.

Portanto, queria colocar-lhe, muito claramente, algumas questões que têm a ver com isso: primeira, sobre o empreendimento de Vale de Lobo. A

Caixa Geral de Depósitos, a certa altura, decidiu financiar este empreendimento e não se limitou a financiar o projeto, financiou particulares que investiram nesse projeto, designadamente Helder Bataglia à época, penso, presidente da Escom, e a Caixa veio a ter prejuízos avultados com esse projeto.

O Presidente do Conselho de Administração da altura em que foi concedido o financiamento diz que o fez porque havia, à época, uma campanha chamada *Living in Portugal*, que era uma campanha relevante de atração de investimento, em Portugal, que a Caixa entendeu que devia acompanhar; o projeto efetivamente não correu pelo melhor, mas que já não estava em funções nesse momento.

Este é daqueles projetos em que a decisão foi uma boa decisão e a crise financeira é que fez com que os resultados desse financiamento viessem a ser negativos para a Caixa?

O Sr. Eng. ^o **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, em primeiro lugar, a concessão de crédito toma em consideração sempre as circunstâncias em que as decisões são tomadas e essas circunstâncias têm muito a ver com as políticas económicas e a situação da economia existente num determinado momento, têm muito a ver com os critérios de avaliação de risco que estão em vigor e com os respetivos modelos de análise, e têm extraordinariamente a ver com as perspetivas de rendimentos futuros que, na análise de aprovação de qualquer operação, se espera que venham a ocorrer.

Peço desculpa mas não vou responder diretamente ao caso concreto de Vale de Lobo, vou configurar situações que possam ser parecidas.

Determinado empreendimento é um empreendimento de particular relevância no âmbito da economia de um país, é um projeto quase considerado estrela no conjunto de uma determinada atividade, está a ter

bastante sucesso, tem uma imagem externa forte, a procura para aquisições no âmbito desse projeto turístico é extremamente elevada, o momento da economia nacional e internacional é favorável, os resultados que estão a ser obtidos no passado recente são particularmente positivos, mas surge uma crise significativa.

Quando esse mercado está a ser, principalmente, objeto de procura por um determinado conjunto de clientes, designadamente de determinada nacionalidade, e quando esse mercado ou esse país sofre uma crise ainda mais forte do que a crise internacional, esse tipo de procura desaparece.

Ora, foi isto que terá levado a que muitas situações deste tipo tivessem ocorrido e, na realidade, o que vem a provocar a debacle da situação é uma mudança brutal de circunstâncias.

Portanto, aquilo que gera, verdadeiramente, as imparidades é a involução da economia e é o impacto que isso tem no funcionamento de uma empresa ou de um setor de atividade.

Assim sendo, se me coloca a questão de saber qual é, para mim, a primeira causa, sem dúvida que é a crise. Sem dúvida! Desaparece mercado! Indiscutivelmente!

Quanto às circunstâncias em que foi decidida a aprovação desse projeto não as conheço, mas, depois, tive a obrigação de, em relação a Vale de Lobo, tentar encontrar soluções que permitissem minorar o prejuízo que estava a ocorrer.

Bom, havia o mercado irlandês, e não era só para Vale de Lobo, que estava naquele momento particularmente interessado no nosso País em termos turísticos em vários outros empreendimentos, mas esse mercado parou. O que é que tentámos fazer? O que tentámos fazer foi, em primeiro lugar, uma reestruturação imediata da gestão, indicando também um gestor da Caixa Geral de Depósitos para esse projeto; depois, parar todo o tipo de investimentos que estavam em execução; ao mesmo tempo, procurar,

imediatamente, encontrar compradores. Aliás, foi essa a primeira iniciativa, ou seja, foi procurar nos mercados internacionais quem pudesse estar interessado em adquirir este ativo e, depois, ser extremamente rigoroso no acompanhamento dos financiamentos necessários para manter vivo o empreendimento, porque o empreendimento tem muito valor e ainda pode gerar muito valor.

Portanto, esta era a obrigação que, em termos de recuperação, tínhamos no sentido de procurar encontrar uma saída para minorar uma imparidade que, apesar de tudo, já era relevante. Aliás, penso que a atual gestão da Caixa continuará, nesta matéria, a procurar encontrar a melhor via para resolver a situação. Entretanto, os mercados, sob esse ponto de vista, melhoraram bastante e pode ser que isso contribua, mas isso, lá está, são esperanças que esperemos que não sejam vãs.

Repito muito do que disse na intervenção inicial que fiz: não tenham dúvidas, não nos podemos esquecer-lo, que vivemos a crise financeira e económica mais longa e mais profunda de mais de um século... Isto é uma realidade e isso tem consequências!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ainda posso fazer mais uma pergunta?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, interpreto isso como prescindindo de uma segunda ronda...

Risos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não sei... Vamos lá ver...

O Sr. **Presidente**: — Então, Sr. Deputado, uma pergunta rápida, porque eu também tive alguma tolerância com os demais grupos parlamentares.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Engenheiro, é verdade, não podemos ignorar isso, não podemos ignorar as consequências de uma crise, como não podem ser ignoradas as consequências de decisões políticas e, neste caso, não é de política governamental é de política de gestão do banco.

Portanto, o que é fundamental numa Comissão de Inquérito apurar é, exatamente, onde é que acaba o impacto de uma crise financeira relevantíssima e onde é que podemos, de uma vez por todas, começar a apurar a responsabilidade de quem tomou determinadas decisões, porque isto de dizer que no momento da decisão a conjuntura era uma e que, depois, quem veio a seguir só tentou amenizar o problema, ainda que o faça com grande competência... A questão é que pelo meio há que apurar alguma responsabilidade.

Coloquei uma questão sobre um caso que esteve no centro da crise internacional, porque tem a ver com setor imobiliário, que é o caso de Vale de Lobo, mas o caso La Seda é diferente, é completamente diferente. E o Sr. Engenheiro deve ser o primeiro interessado em esclarecer por que é que a Caixa Geral de Depósitos teve tantas decisões políticas num tão curto período de tempo que originaram esta situação e onde é que termina, efetivamente, o efeito da crise financeira internacional.

O Sr. Eng. ° **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, não sei as circunstâncias.

O projeto Vale de Lobo acho que foi aprovado em 2006 e o de La Seda também. Portanto, quem decidiu, decidiu de acordo com os estudos que foram realizados na altura sobre a viabilidade desses dois projetos.

O caso La Seda conheço muito melhor porque, como estive em Espanha, conhecia a empresa, que era, nessa altura, uma excelente empresa, com um projeto de expansão talvez demasiado ambicioso porque ia comprando ativos em todo o lado — na Grécia, na Turquia, em Inglaterra, em Portugal — e creio que foi um projeto muito, muito ditado pela expectativa de ter um projeto infraestruturante em Portugal, o projeto da Artenius. De facto, fazia todo o sentido, seria o polo petroquímico de Sines que o aproveitaria e 60% da produção dessa fábrica era da GALP. Portanto, tinha toda a lógica e fazia todo o sentido.

Se o projeto foi bem ou mal aprovado, de acordo com o conhecimento da altura, não sou eu, seguramente, quem lhe poderá dizer. As consequências foram graves porque La Seda entrou, como se sabe em processo de...

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Engenheiro.

É agora a vez de o PCP colocar as suas perguntas. Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, queria cumprimentar o Sr. Eng.º Faria de Oliveira e agradecer-lhe os seus contributos para esta Comissão.

Na intervenção inicial falou mais como Presidente da Associação Portuguesa de Bancos do que como ex-Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, mais preocupado com a valorização da confiança no sistema financeiro do que propriamente com o detalhe sobre o exercício dos mandatos, mas certamente que as perguntas dos vários Deputados também irão contribuir para esclarecer isso.

Apesar de não ser uma pergunta, não posso deixar de dizer que me parece que estamos a explicar a crise do sistema bancário como se ela fosse alheia às causas da crise. Parece que houve uma crise que caiu do céu, que nasceu de geração espontânea e os bancos mundiais sofreram com os resultados dessa crise, como se não tivessem estado precisamente no epicentro ou no hipocentro da crise financeira global, como se muitas das empresas não tivessem ido à falência por força das práticas de mercado, nomeadamente do mercado de crédito, que, ao longo das décadas, foram sendo conduzidas e por força da carga de juros, enfim, da predação que o sistema financeiro também exerceu sobre o sistema produtivo.

Isto apenas para dizer que não nos parece assim tão correto quanto isso dizer que os bancos, coitadinhos, sofreram com a crise porque ela caiu do céu, fizeram o que podiam e foram muito resilientes, principalmente porque está numa Assembleia da República que já vai na quinta comissão de inquérito a bancos, por aí, e já percebeu que muitos deles estão precisamente na origem não só da crise como daquela crise a que chamou das dívidas soberanas, que também contou muito com a ajudinha dos bancos e da sua «grande resiliência»!

Mas numa coisa estamos de acordo: abrir uma comissão de inquérito a um banco como a Caixa Geral de Depósitos que, ainda por cima, está neste momento em atividade e tem a importância que tem no sistema financeiro deve merecer o maior dos cuidados.

Também, de certa forma, isto não significa que não devamos ter cuidado ao falar dos outros bancos em atividade. Devemos olhar, com objetividade, sem criar alarmes, principalmente sobre a Caixa, tendo em conta o pilar que representa no sistema financeiro.

Há uma coisa que está na origem da crise financeira e que a Assembleia da República detetou como sendo prática regular em praticamente todos os bancos que foram alvo de escrutínio por parte de uma

comissão de inquérito, que é o financiamento próprio, o financiamento aos acionistas, muitas vezes através de *offshore* para encobrir o excesso de endividamento. Isso esteve na origem da crise, principalmente do BES, mas também teve expressão no BPN e noutros bancos do sistema financeiro português.

A primeira pergunta que lhe faço é se é possível que um banco público tenha práticas deste género.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, em primeiro lugar, permita-me apenas discordar que os bancos portugueses tenham estado na origem da crise da dívida soberana ou da crise que vivemos em Portugal.

O facto de haver muitos bancos no hipocentro da crise financeira global é indiscutível e basta ver a que é que isso conduziu, na Europa: 690 mil milhões de euros de aumentos de capital por parte dos Estados europeus, 1340 mil milhões de euros de garantias concedidas para o funcionamento das instituições. Isso é incontestável.

Em Portugal isso não é verdade. A banca portuguesa mostrou grande resiliência face à crise financeira global. A exposição a ativos tóxicos da banca portuguesa era residual, mínima. Não houve, de facto, da parte dos bancos portugueses, um contributo significativo para a crise financeira.

Houve, sem dúvida, um problema relacionado com instituições de crédito que tiveram comportamentos que levaram a crises bancárias significativas nessas instituições, quase todas elas — as principais, as mais significativas — relacionadas com questões de relações de partes interessadas e de grupo, mas confinadas. A globalidade da banca portuguesa não tem o mesmo quadro de interpretação possível.

Em relação ao financiamento dos acionistas, devo dizer, uma vez mais, que não é matéria que tenha a ver com o meu mandato. Apenas lhe digo que

o Estado também era acionista e também financiou e fez um aumento de capital na Caixa Geral de Depósitos com ações. Portanto, era uma prática, numa altura em que vivíamos uma situação pró-cíclica de grande estabilidade financeira e o comportamento dos mercados — sei que é um termo que não gosta nada de ouvir — ia muito nesse sentido. Portanto, eram circunstâncias bem diferentes.

Não tenha dúvidas que hoje, e durante muitos anos, ninguém concederá empréstimos com base, pelo menos larga, em garantias com ações. Isso é uma lição que se aprendeu com toda esta crise. Quanto àquele momento, não estou em condições de poder tomar posição sobre a razoabilidade de tal ter acontecido.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não me leve a mal, mas não devo ter-me feito entender.

O que lhe perguntei foi se o comportamento dos bancos que já foi detetado pela Assembleia da República e que, em muitos casos, pesou no balanço dos bancos de forma fatal, gerado pelo sobre-endividamento dos acionistas junto dos bancos, ou seja, por créditos concedidos aos acionistas pelo banco, através, muitas vezes, de empresas em sede de *offshore* e em contas mascaradas para não serem detetados, poderia alguma vez suceder na Caixa. Ou seja, se o Estado português, alguma vez, poderia ter um *offshore* e ir à Caixa Geral de Depósitos pedir dinheiro.

Às vezes queremos aqui dizer que, afinal, isto é tudo igual, a Caixa Geral de Depósitos está sujeita exatamente às mesmas práticas de outros bancos. Por exemplo, esta prática, o financiamento a acionistas, que depois, evidentemente, não é recuperado — e foi muito o que não foi recuperado —, que é uma das práticas que está no epicentro da crise bancária em Portugal,

seria possível acontecer com a Caixa Geral de Depósitos? Seria possível que o Estado tivesse uns *offshores* escondidos e depois ir à Caixa Geral de Depósitos pedir dinheiro emprestado e não pagar?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Não.

Risos do Deputado do PDS Emídio Guerreiro.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Exato, não. Muito obrigado, é uma resposta clara e que marca muito bem a diferença entre a Caixa Geral de Depósitos, a banca pública, e os bancos privados. E ainda bem que PSD e CDS foram afastados do poder porque, caso contrário, poderíamos vir a estar confrontados com uma situação em que nenhum banco, em Portugal, estivesse a salvo do saque protagonizado pelos próprios acionistas.

Sobre as outras questões que colocou, talvez um dia venha a ser aberta uma comissão de inquérito sobre a crise, os seus impactos e a forma como os governos lidaram com ela em Portugal, nomeadamente a ocupação pela troica e a submissão dos governos PS, PSD e CDS. Mas, Sr. Engenheiro, não é factual, não me parece correto afirmar que a crise não tenha pesado na crise da dívida soberana. Em primeiro lugar, porque as garantias atribuídas à banca, mesmo antes do despontar da crise, já pesavam nos juros da dívida.

É verdade que as garantias e os empréstimos às empresas do setor empresarial do Estado pesavam. Mas até isso era feito, em boa parte, através de bancos privados. Portanto, as garantias dadas pelo Estado português a bancos que estavam claramente — e os credores sabiam-no — em situação de debilidade pesou nos juros da dívida e contribuiu para que o *rating* da República também fosse por aí abaixo. Mas esta é uma discussão que, se calhar, caberá a uma outra comissão de inquérito.

Sobre os créditos concedidos, foram aqui referidos créditos que não foram decididos durante o seu mandato mas foi confrontado com situações de fragilidade daqueles créditos e com a necessidade de provisões de capital para satisfazer perdas por imparidade.

Pergunto-lhe se reavaliou, estudou ou pediu que se estudasse o processo de avaliação e atribuição daqueles créditos, de um conjunto de créditos que, mais tarde, veio a gerar imparidades e que alguns deles ainda vieram a gerar depois do seu mandato?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — A origem, não. Não era da minha competência estar a avaliar a origem dos créditos, da minha competência era encontrar soluções para os problemas que estavam a ser gerados por incumprimento daqueles créditos e, nessa matéria, como já tive aqui oportunidade de referir, tomámos medidas muito concretas, incluindo a criação de uma direção específica para o acompanhamento das situações mais complicadas.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Certo, mas não fez um esforço, ou encomendou, junto da estrutura da Caixa, que se fizesse um esforço para compreender a origem daqueles créditos que vieram a pesar de maneira tão significativa e a exigir tanto esforço, depois, no seu mandato?

Já agora, em créditos como os que foram referidos, nomeadamente o de Vale do Lobo, é natural um banco passar para a mão de um investidor o dinheiro todo de uma vez, sem ser por *tranches*, sem exigir, sequer, que a obra se vá concluindo, que haja qualquer espécie de faseamento do financiamento? É normal que que diga «tomem lá 280 milhões de euros e

depois logo se verá se pagam»? É assim que funciona? Não conheço ninguém que alguma vez tenha conseguido financiamento assim.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, lamento mas não conheço as circunstâncias.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas sabe dizer-me se é normal, é banqueiro, sabe bem como funciona. É normal que um banco dê o dinheiro todo de uma vez, mesmo que o crédito seja aprovado?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Depende do que eu negociar com o cliente, das garantias e do tipo de projeto que estiver em causa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Naquele caso, não tentou apurar quais eram as bases da negociação que levaram a que o dinheiro tivesse sido todo dado de uma vez ao investidor?

Como o tempo de que disponho está a acabar, peço-lhe que tome nota desta minha primeira questão e coloco-lhe uma última, que tem a ver com o plano de reestruturação.

Já em 2012, como Presidente não Executivo, que acompanhamento fez do plano de reestruturação apresentado pelo anterior Governo junto da DGComp? Como é que ele foi recebido pela instituição, num contexto em que as ajudas de Estado também tolhiam as capacidades da instituição num conjunto de vertentes da sua atuação? Na altura foi visto como verosímil, tendo em conta que depois falhou redondamente? E, já agora, sabe explicar-nos por que é que algures, em setembro de 2012 — julgo que com a sua

demissão já apresentada mas ainda não consumada —, são pagos dividendos por obrigações perpétuas, dando origem a uma investigação aprofundada por parte da DGComp que só viria a ser sanada um ano mais tarde, com o repagamento do mesmo valor ao Estado? Portanto, a Caixa teve, de certa forma, de compensar o Estado pelos dividendos que pagou sem autorização. Julgo que tudo isto, apesar de estar como Presidente não Executivo, terá sido ainda acompanhado pelo Conselho de Administração a que presidia.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, muito obrigado pela sua questão.

Embora fosse *chairman* e não Presidente da Comissão Executiva nessa altura, pelo menos na fase inicial, acompanhei as primeiras discussões relacionadas com o plano de reestruturação da Caixa Geral de Depósitos. Fui no sentido de procurar avaliar as consequências do conjunto de medidas que a contraparte pudesse estar a impor.

O plano de recuperação era suposto ter, e tinha, uma determinada estratégia; tinha um modelo de governo que estava a ser discutido; tinha indicadores de recuperação, em termos de capital, de liquidez, de rentabilidade, de qualidade dos ativos, até de modelo orgânico interno; tinha pressupostos e cenários definidos ao longo do tempo; tinha opções de capacidade de recuperação da instituição não exclusivamente orientados para créditos em situação mais delicada mas para outros ativos que pudessem ser recuperados; tinha um sistema de gestão de continuidade de negócio que era extremamente relevante; tinha critérios definidos para apetência ao risco que deviam ser utilizados; tinha orientações no sentido de redução e efetivos e de redução do número de agências; tinha indicações para, no domínio da presença internacional da instituição, haver eventual necessidade de alienar parte desses ativos.

Devo dizer que em função deste conjunto de ações relacionadas com um plano de recuperação/reestruturação em que não estava apenas envolvida a Caixa Geral de Depósitos, em que havia outros bancos que enfrentavam exatamente o mesmo tipo de disposições e de imposições, como Presidente da Associação Portuguesa de Bancos fui falar com o comissário responsável pela área da concorrência e fui falar com o Presidente da Comissão Europeia, apresentando todo um conjunto de reservas em relação a certas, não digo imposições mas condições que nos queriam ser impostas no sentido de poder haver uma ponderação e uma revisão com vista a poder ser definido um plano de reestruturação que pudesse ser executado mas que não ferisse de morte certos interesses das instituições.

Devo dizer que esta iniciativa, do meu ponto de vista e sem me querer vangloriar, trouxe efeitos positivos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Que ocorreu quando?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Ocorreu no dia 21 de janeiro de 2013.

Por exemplo, tudo o que tem a ver com a internacionalização da banca da portuguesa foi alterado significativamente em função do resultado destas diligências, mas muitas outras coisas foram revistas num sentido mais positivo.

Este diálogo é extremamente importante. Há pouco, quase que me acusou de estar aqui a falar mais como Presidente da APB do que como Presidente da Caixa, mas, Sr. Deputado, não é verdade. Defendi *à outrance* os interesses da Caixa, pode crer nisso.

Em termos gerais, o plano de recuperação veio a ser aprovado em julho de 2013, se não estou em erro, e da sua execução já não tenho conhecimento suficiente para poder pronunciar-me.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É que, temporariamente, há uma autorização logo em 2012 e, portanto, talvez lhe seja possível aferir da possibilidade, ou não, de vir a executar aquele plano, ou seja, se ele era verosímil, se era exequível ou não era.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Isso foi objeto de forte análise por toda a Caixa, pelos serviços normais da Caixa.

A Caixa lutou o que foi possível para ter um plano de reestruturação o mais favorável possível. Naturalmente que o plano tinha de ter contornos de fiabilidade e de capacidade de execução, sem dúvida.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, não vou à segunda ronda se me autorizar agora... Bom, a não ser que surja alguma coisa...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Na altura, discutiu-se se a injeção de capital do Estado, que veio a ser considerada como ajuda de Estado, tivesse sido feita de outra forma haveria mais abertura da parte da DGComp ou da Comissão Europeia para um plano de reestruturação que fosse menos limitador das capacidades da Caixa?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, só lhe posso dizer que foi uma das coisas em que também fiz todo o esforço possível para evitar, ou seja, que este aumento de capital da Caixa tivesse sido feito sob a figura de ajudas de Estado. Mas embatemos contra uma parede e não foi possível.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se quiser fazer uma pergunta para saber sobre qual foi essa parede pode fazer. Essa é rápida.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Já fez!

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — A parede é a DGComp.

O Sr. **Presidente**: — A última pergunta desta primeira ronda cabe ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, apresento os meus cumprimentos ao Sr. Eng.º Faria de Oliveira, às Sr.^{as} e Srs. Deputados e a todos que nos acompanham nestes trabalhos.

Começo por agradecer ao Sr. Engenheiro a vasta documentação que nos deixa, com informações que são muito enriquecedoras e que, com certeza, serão úteis a todas e todos os Srs. Deputados, não só para esta audição mas para os trabalhos que aí vêm, e, Sr. Engenheiro, em particular, gostaria de lhe agradecer a forma como tem vindo a responder às questões.

Penso que o Sr. Engenheiro não tem noção que é o primeiro ex-Presidente da Caixa Geral de Depósitos que vem a esta Comissão e que diz uma coisa completamente diferente dos anteriores: conversava com regularidade com o acionista e partilhava questões relativamente a investimentos com os acionistas, independentemente da questão ser sensibilização ou pressão, e compreendo bem aquilo que o Sr. Engenheiro quis dizer e concordo consigo. Mas, para que se saiba, até agora, isso foi sempre rejeitado, ou seja, que se falava sobre projetos específicos nesse tipo de reuniões.

Por isso, o Sr. Engenheiro acaba por desmentir o ex-Ministro Teixeira dos Santos, que disse várias vezes, ao longo da audição que teve aqui connosco, que nunca falou com nenhum presidente da Caixa Geral de Depósitos sobre questões em concreto. Isto, de fato, é o que distingue esta audição das outras e eu quero deixar esta nota introdutória de agradecimento pela forma e pela frontalidade com que disse aquilo que a todos parecia óbvio.

Às vezes, ouvimos aqui o tipo de reuniões que existiam entre quem geria a Caixa, o banco público, e o acionista, o Governo, e ficávamos sem perceber para que é que serviam, o que é que discutiam. Eu até cheguei a pensar que, se calhar, faziam qualquer coisa que não fosse... Mas ainda bem que o Sr. Engenheiro nos trouxe este esclarecimento. Pelo menos durante a sua gestão, durante os anos em que foi Presidente da Caixa Geral de Depósitos, fazia-se aquilo que parecia óbvio a todos, de uma forma positiva — não estou a lançar nenhum anátema sobre isso porque, sinceramente, acredito que seja normal isso acontecer, como também referiu, fazendo alarde da sua longa experiência neste setor.

Sr. Engenheiro, já percebemos como foi convidado, como foi constituída toda a equipa, questões que todos queríamos colocar e agradeço-lhe por já ter respondido.

Também nos disse que a transição de pastas foi mesmo uma transição de pastas e pouco mais e que na altura não havia — penso que foi essa a expressão que usou — créditos problemáticos em cima da mesa. Depois, mais à frente, foi dizendo que, a partir de determinado momento, foi necessário definir a estratégia no sentido de haver uma forma de recuperar créditos mais complexos. De facto, eu gostaria de perceber quais são esses créditos, em que momento é que isso aconteceu, o porquê e quem é que, ao fim e ao cabo, sugeriu isso, se foi uma emanção da própria administração ou se foi sugerido por fora.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Em primeiro lugar, porque eu gostava, apesar de tudo, de deixar as coisas claras, diria que falar sobre iniciativas, sobre projetos de relevante interesse nacional, etc., pode não acontecer diretamente com o Ministro das Finanças, pode acontecer com o ministro de qualquer área de atividade, como aconteceu. Nunca tive, e isso é importante dizer, nenhum tipo de pressão, designadamente do Sr. Ministro Teixeira dos Santos, fosse para qualquer contrato ou crédito específico.

Em segundo lugar, o problema numa transição de pastas é o seguinte: a situação da economia era diferente. A situação da evolução do mercado de capitais era completamente distinta, alguns dos créditos problemáticos, como sejam os créditos concedidos para compra das ações do BCP, surgiam depois. Portanto, no momento da transição de pastas, não havia essas situações.

A La Seda, em 2008, não tinha entrado em crise, entrou em crise depois. Portanto, não era ainda um crédito problemático.

Foi a crise, a degradação económica, seja em Portugal, seja em Espanha, que veio a provocar o facto de os créditos se tornarem problemáticos, para não dizer, muitas vezes, créditos com grande dificuldade de recuperação. Mas esta é, de facto, uma questão essencial.

Há muitos anos que temos uma economia anémica, depois com dois períodos de recessão, um mais curto e outro mais longo, mas a verdade é que a nossa economia, infelizmente, está há muitos anos a necessitar de um enorme choque. Indiscutivelmente!

É por isso que não me posso lembrar que, no período de transição, me tenha sido chamado a atenção — não me lembro que isso tenha acontecido! — relativamente a nenhum crédito específico que estivesse particularmente problemático.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Emídio Guerreiro, tem a palavra.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Engenheiro, a questão que coloquei foi que a partir de determinado momento o problema surgiu. Como é que isso foi gerido? Foi necessário ter uma estratégia para recuperar créditos mais complexos? Estava a tentar puxar pela sua memória no sentido de poder identificar alguns e como é que chegaram a essa conclusão, isto é, se foi internamente, se foi externamente, se foi em reuniões com o acionista. Como é que isso aconteceu?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Todos os créditos no âmbito da Caixa Geral de Depósitos têm acompanhamento das áreas comerciais. Sempre que começam a surgir alarmes, indícios, de que as coisas não estão a correr bem, têm acompanhamento pela Direção de Acompanhamento de Crédito e, na fase final, pela Direção de Recuperação de Crédito e pela Direção Geral de Risco, também.

Portanto, internamente, há mecanismos de acompanhamento dos créditos e à medida que soam os alertas imediatamente se procuram definir as medidas. Da mesma maneira, que eu relatei aqui todo aquele conjunto de fatores que levam a determinar o valor de uma imparidade, que são imensos que estão em jogo, também há todo um conjunto de medidas que podem ser postas em prática para tentar recuperar os créditos, e era fundamentalmente isso que as estruturas internas iam fazendo para procurar resolver os créditos. Eram esses alertas que iam fazendo sair os problemas mais delicados no âmbito da gestão do crédito mal parado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Emídio Guerreiro, tem a palavra.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Compreendo a importância da crise que o Sr. Engenheiro já referiu aqui várias vezes como sendo o grande justificativo de muitas das coisas que aconteceram. Não sei se concorda comigo ou não, mas a verdade é que essa crise e as consequências também têm, digamos, um *output* que para nós é interessante, porque permitiu-nos conhecer coisas que ninguém conhecia. Ou seja, graças à crise, foram-nos mostradas coisas que, se calhar, não eram para ser mostradas e, se calhar, não eram para as pessoas conhecerem. E ficámos a saber que, ao longo da história, o banco público esteve envolvido, em determinado momento, numa guerra pela conquista de poder de um banco privado — isto torna-se mais do que evidente —, envolvendo financiamento a pessoas e a grupos no sentido de controlarem um banco privado com recursos do banco público.

Pergunto-lhe se acha, sinceramente, que isso é uma questão normal e se é desejável que um banco público faça isso.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, lamento mas não posso fazer conjeturas.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Bem objetivado!

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — E, do meu ponto de vista, isso são conjeturas. Cada pessoa tem o direito de fazer as que quiser, mas não podemos, de maneira nenhuma, atuar com base em...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Com base em evidências daquilo que vai sendo demonstrado ao longo desta Comissão de Inquérito.

Mas percebo o seu ponto de vista, até porque foram factos que não ocorreram no seu tempo. Mas aquilo que ocorreu no seu tempo foi exatamente o ter de lidar com isso. E pergunto-lhe se, quando teve de lidar

com isso, com a tal recuperação de créditos mais complexos, na análise que fez nessa altura, não sentiu mais dificuldades, pelo facto de, à nascença desses créditos, as coisas não estarem devidamente salvaguardadas. Estou a referir-me, em concreto, ao processo a que já se referiu aqui, de aquisição das ações do BCP.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, como já referi, e tenho de repetir, no que diz respeito à concessão de garantias por compra de ações, que era uma prática que existia e que foi realizada por várias instituições de crédito portuguesas e não apenas pela Caixa, o nível de garantias que eram pedidas, isto é, a almofada pedida, naquele momento, era considerada normal. Hoje, aprendemos a lição. Uma crise do mercado de capitais com a intensidade que esta teve faz ruir completamente, como bom, esse tipo de modelo. Agora, de facto, é uma conclusão *a posteriori*, disto não há dúvida.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Engenheiro, de facto, todos temos vindo a aprender imenso com aquilo que aconteceu e a esperar, sinceramente, enquanto cidadãos deste País, que coisas que se fizeram não voltem a acontecer, pois era bom para todos nós.

O Sr. Engenheiro presidia à Caixa Geral de Depósitos na altura da nacionalização do BPN?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — (*Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador*).

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Engenheiro, o que é que lhe foi transmitido na altura pela acionista que tomou a decisão de nacionalizar o banco? Qual era a perspectiva, qual seria o impacto nas contas, a fatura que teria de ser paga, o que é que foi prestado no início?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Posso dizer-lhe que a decisão de nacionalização do BPN foi tomada pelo Governo depois de ouvidos praticamente todos os principais intervenientes no sistema financeiro, e não só, e foi tomada com base numa lei que determinou a nacionalização e definiu que «A gestão do BPN é atribuída (...) à Caixa Geral de Depósitos, SA, cabendo a esta entidade proceder à designação dos membros dos órgãos sociais (...)». E, ao mesmo tempo, incumbiu a Caixa Geral de Depósitos de atribuir as necessidades de liquidez necessárias à instituição para que a instituição pudesse funcionar com um mínimo de normalidade — não é possível, depois do que aconteceu e com notícias diárias nos jornais, qualquer instituição bancária trabalhar com normalidade — e «as operações de crédito ou de assistência de liquidez que sejam realizadas pela Caixa Geral de Depósitos, SA, a favor do BPN no contexto da nacionalização (...), beneficiam de garantia pessoal do Estado (...)».

Portanto, a Caixa Geral de Depósitos, à partida, tinha garantia do Estado para a concessão dessa liquidez, que chegou a atingir 5,1 mil milhões de euros. Mas a Caixa Geral de Depósitos acabou, praticamente, por não ganhar nem perder nada em função dessa cessão de liquidez, porque a remuneração dessa cessão de liquidez era praticamente simbólica.

Depois, no âmbito dessa mesma lei, havia algumas condicionantes para efetuar a gestão de uma instituição já de si muito periclitante.

Não sei se respondi completamente à sua pergunta, Sr. Deputado, ou se...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Engenheiro, a questão é esta: todo o impacto da absorção do BPN...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado podia ter esperado que eu lhe desse a palavra.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Peço desculpa, Sr. Presidente, mas como já estamos numa fase adiantada da hora... Peço desculpa, Sr. Presidente, com a sua autorização, reformulo a questão e recoloco-a.

Aquilo que estava a perguntar-lhe, Sr. Engenheiro, era se aquele que era o impacto previsto e anunciado, na altura, publicamente, a todos os portugueses, quanto à nacionalização do BPN, foi aquele que, na prática, se veio a verificar.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Não, não foi, embora não me lembre de, na altura, ter sido anunciado, pelo menos em termos de valorização, um impacto determinado.

Aquilo que foi objeto de decisão foi que a Caixa Geral de Depósitos deveria apresentar uma solução para o BPN, coisa que fez no prazo que lhe foi determinado, e essa solução tinha três alternativas: uma alternativa era a da integração na Caixa Geral de Depósitos, mas demonstrava-se que não havia praticamente sinergias e, portanto, ia constituir um ónus significativo para a Caixa Geral de Depósitos; outra alternativa era a da privatização da instituição o mais rápido possível; e havia, ainda, a alternativa de procurar valorizar a instituição e acabar por vender um pouco mais tarde.

Devo dizer que fui chamado a duas comissões de inquérito, na Assembleia da República, sobre este tema e em qualquer delas apresentei também longos relatórios com todas as explicações devidas em relação a esta matéria.

O que aconteceu relativamente ao BPN foi que o prazo de realização da privatização foi sendo... O primeiro concurso realizado ficou deserto e, depois, foi-se esperando por melhores oportunidades, que não foram ocorrendo, para realizar a privatização. E o banco, nas circunstâncias em que estava, com uma queda brutal dos depósitos, como a que havia sofrido, graças a uma gestão muito cuidada, tinha mantido um nível de concessão de crédito muito razoável, mas funcionava com capitais próprios negativos — durante todo este tempo funcionou com capitais próprios negativos, com um nível de imparidades, à partida, com uma insuficiência de 1,3 biliões — e com uma imagem pública terrível. Era extremamente difícil gerir um banco como esse e acho que quase se pode dizer que se fez um milagre, mas perdeu-se muito dinheiro. De facto, é um caso de perda muito significativa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Engenheiro, não se recorda, mas gostava de dar nota de que, na altura, o que foi noticiado foi que teria um impacto de cerca de 700 milhões de euros, mas, como já percebemos, o impacto desta nacionalização ultrapassou os 5000 milhões. Não vou discutir aqui a questão do BPN, que já foi discutida numa comissão de inquérito, como recordou, e bem, mas, fundamentalmente, aquele que foi o papel da Caixa Geral de Depósitos enquanto gestora do BPN. Como estamos a falar da Caixa Geral de Depósitos é a esse nível que o refiro.

O Sr. Engenheiro já teve o cuidado de nos ler aquilo que a legislação determinava e, por isso, aquilo que pergunto é quem é que escolheu as pessoas que foram liderar o BPN, isto é, se foi diretamente o Sr. Engenheiro, enquanto Presidente da Caixa Geral de Depósitos, ou se foi por sugestão de alguém que o Dr. Bandeira foi para o BPN.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Foi escolhido por mim, sob proposta minha que definiu que, não devendo ser eu o Presidente do BPN — do meu ponto de vista, não devia ser eu —, o Vice-Presidente da Caixa seria o Presidente do BPN e, de entre os administradores, aqueles que, na altura, me pareceram mais indicados foram o CFO, por um lado, e o responsável pelo controlo de gestão e pela parte operacional do banco, que era o Dr. Norberto Rosa. Daí ter-se formado um Conselho de Administração com o Dr. Francisco Bandeira, que era o Vice-Presidente da Caixa, como Presidente do Conselho de Administração e, também, com a área comercial, o Dr. Norberto Rosa e o Dr. Pedro Cardoso, como já referi, e ainda nomeei um dos principais diretores centrais da Caixa Geral de Depósitos, o Dr. Lourenço Soares, pela sua experiência e por ser responsável pela área jurídica, o que, num processo desta natureza, era particularmente relevante.

Outros dois membros do anterior Conselho de Administração do banco fizeram também parte desse Conselho.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Engenheiro, durante um período curto de tempo, entre o final de 2008 e 2009, essa administração nomeada pelo Sr. Engenheiro atribuiu crédito. O que lhe pergunto é se tem noção do montante de crédito que foi atribuído e se, de alguma forma, o resultado desse crédito penalizou ou foi penalizante, ou seja, se há, de facto, crédito mal atribuído ao longo desse período.

Pausa.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, a perda do crédito concedido na fase inicial foi recuperada muito rapidamente... Não tenho comigo a indicação do valor... Ah! Posso dizer-lhe que a variação da carteira de crédito do BPN consolidado, em outubro de 2008 — data da nacionalização —, era de 6800 milhões de euros e, em dezembro de 2009, tinha atingido 7000 milhões de euros. Apesar das dificuldades e da imagem da instituição, a área comercial conseguiu manter praticamente o mesmo nível de concessão de crédito que havia sido atingido.

A maior dificuldade existente na altura era, de facto, a que tinha a ver com as necessidades de liquidez, visto que, em compensação, o montante dos depósitos tinha descido de uma maneira significativa, e com o facto de estar a funcionar com capitais próprios negativos, o que, naturalmente, criava dificuldades adicionais à instituição.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Engenheiro, perguntava-lhe se desse crédito novo, concedido nessa altura, resultaram algumas imparidades e quais os seus montantes e também se tem conhecimento do acionamento de algum processo judicial relativamente a esse período e relativamente aos processos de crédito atribuídos.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, confesso que não trouxe esses elementos comigo. Vinha aqui falar na Caixa e como já tinha havido uma comissão de inquérito sobre o BPN e eu já tinha vindo duas vezes às comissões... O que posso fazer é remeter para as minhas intervenções nas comissões de inquérito e para os documentos apresentados nessa altura, que têm todos esses elementos. É que não vim preparado, não vim com estes números para poder responder.

Posso dizer-lhe que, apesar das dificuldades, o número de clientes ainda aumentou e a quota de mercado de concessão de crédito do banco também aumentou durante a fase inicial. Não vim preparado com números... Vim preparado com muita coisa, mas...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — E relativamente a qualquer questão judicial...

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar integralmente as palavras do orador)*

... para 216 milhões de euros em 2009 e 78 milhões de euros em 2010.

O produto bancário estabilizou em 127 milhões de euros, os custos operacionais foram reduzidos, na recuperação de crédito conseguiu-se uma recuperação de 76 milhões, e hei de ter, seguramente, aqui, o valor das imparidades, mas não estou a conseguir...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Relativamente a qualquer processo judicial, que não tem a ver com números, não tem conhecimento de nada, na altura, relativamente a esses processos? Era a questão que lhe tinha levantado.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — O Sr. Engenheiro também deixou nota aqui, na resposta a um colega meu, quando se estava a referir ao momento da venda, dizendo que «compete aos especialistas determinar o momento da venda». Estávamos a falar na altura das ações do BCP. Pergunto se esses são os mesmos especialistas que também estão na base da atribuição do crédito ou se é uma entidade diferente, se são outros.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Não. Cada instituição de crédito tem, naturalmente, departamentos, direções e especialistas no que diz respeito ao tratamento do mercado de instrumentos financeiros em geral e são, em geral, departamentos muito sofisticados.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Para terminar, Sr. Presidente, com a tolerância que tem manifestado até agora e que eu agradeço, deixava uma questão final ao Sr. Engenheiro, que, no âmbito dos nossos trabalhos, é facultativa, já que cai um pouco na questão opinativa e também foge um pouco, digamos, ao motivo pelo qual está cá como ex-Presidente da Caixa Geral de Depósitos.

Recorrendo à sua longa experiência neste sector, e tem a ver um pouco com aquilo que já disse há pouco, ou seja, que todos aprendemos — espero eu que tenhamos aprendido — com algumas coisas que aconteceram, gostaria de saber a sua opinião, se a quiser partilhar connosco, sobre o que é que poderá mudar com a implementação do sistema de supervisão única europeia, se isto, de facto, pode contribuir, e também, em breves palavras, de que forma é que podemos, no nosso sistema bancário nacional, evitar as

situações que estamos todos a viver agora, com as consequências que têm para todos.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — A grande vantagem da supervisão única europeia consiste, principalmente, na existência de um modelo único de supervisão que abrange todas as instituições, servido por um *single rule book* e que pretende um *level playing field*, isto é, um nível igual para todas as instituições bancárias, definindo metodologias de atuação que devem ser consistente e igualmente aplicadas em todos os Estados-membros. Isto cria uma situação que permite uma comparabilidade efetiva entre todos os bancos dos mesmos *peers*, equivalentes.

Queria começar por dizer que se deu a coincidência de o nosso País ter enfrentado duas situações de desvantagem clara em relação aos restantes sistemas bancários europeus por duas vezes.

Em primeiro lugar, o novo quadro regulatório do sistema bancário europeu surge quando a generalidade dos países europeus começavam a entrar em recuperação económica e quando nós, pelo contrário, estávamos a começar a viver um período de recessão económica. Isto é, as condições de partida da integração dos bancos europeus num mecanismo único de supervisão, tendo de cumprir exatamente as mesmas regras quando as suas condições de rentabilidade, de atratividade de capitais e de resolução de NPL eram significativamente mais gravosas do que a generalidade dos outros países, e não havia nesta matéria *waivers* possíveis, nem períodos transitórios possíveis. Houve que fazer um esforço adicional para poder, de alguma maneira, diminuir esta condição de partida altamente desvantajosa.

Logo por azar tivemos uma segunda fase em que a união bancária é criada para resolver fundamentalmente o tipo de separação entre o soberano e o bancário e eliminar ou diminuir a fragmentação bancária que existia na

Europa, mas surge e arranca também exatamente no momento em que todas as economias europeias estão em crescimento e nós estamos ainda a sair do programa de ajustamento. Uma vez mais — e isto tem muito a ver uma coisa com a outra porque a supervisão europeia surge com a união bancária —, entramos no sistema em situação muito mais desfavorável que os outros bancos.

Procurar encontrar formas de diminuir isto foi a tentativa que foi feita: vamos ver se é possível, de uma forma qualquer, tomar em consideração a especificidade de um sistema bancário que está em situação profundamente diferente da generalidade dos outros. Naturalmente, isto era particularmente difícil; eventualmente, a nível do pilar 2, talvez pudesse haver uma saída para este problema mas não foi possível encontrá-la.

Portanto, a banca portuguesa teve que fazer um esforço muito mais forte do que a generalidade das outras bancas para corresponder a um novo quadro extremamente mais exigente e extremamente mais em cima do funcionamento das instituições. Esta segunda parte é positiva, indiscutivelmente.

De facto, esta crise traz-nos tanta coisa que devemos tomar em consideração mas, para mim, de longe, a mais relevante é a questão da prociclicidade. Indiscutivelmente, em ciclos favoráveis, temos de estar preparados para criar condições para fazer face a ciclos desfavoráveis. Portanto, para mim é esta a grande lição de tudo isto, e isso não existe.

Espanha, por exemplo, tinha almofadas anticíclicas antes da crise e mesmo assim foram insuficientíssimas para resolver o problema da banca espanhola, que ainda não está resolvido. Curiosamente, fala-se muito no êxito da banca espanhola mas a banca espanhola ainda tem alguns problemas, há pelo menos algumas instituições bancárias espanholas que não têm a sua situação completamente resolvida, mas tinham almofadas anticíclicas e essas só surgiram agora.

Há muita coisa que aprendemos e o facto de haver um mecanismo com práticas iguais para todos seguramente que, a prazo, nos é claramente favorável.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Engenheiro.

Srs. Deputados, tenho indicação de que nenhum dos grupos parlamentares pretende intervir na segunda ronda.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, sim. Não tinha dito que não.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é verdade.

Fui eu que, abusivamente, tirei essa conclusão porque tinha a indicação de todos os outros grupos parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, quando foi introduzido um novo modelo de governação da Caixa Geral de Depósitos o Eng.º Faria de Oliveira passou para *chairman* do banco e queria colocar-lhe algumas questões relativamente a esse processo.

Presumo que tenha sido o Eng.º Faria de Oliveira quem fez os convites para o Conselho de Administração, para os cargos executivos e não executivos. Se não foi, quem foi? Quem é que é o autor da sugestão dos nomes que passaram a fazer parte desse novo Conselho de Administração? Refiro-me aos administradores executivos e também aos não executivos.

Depois, queria colocar-lhe uma questão muito objetiva. Concorda e acha que a capitalização da Caixa Geral de Depósitos em 2012 foi adequada?

Como já teve aqui ocasião de o dizer, por diversas vezes, o ano de 2008 foi marcado pelo impacto profundo da crise financeira internacional,

da crise do *subprime*. Depois, tivemos a crise da dívida soberana, em 2010/2011 e, de seguida, em 2012 estávamos no auge da depreciação do PIB. Em 2011 e 2012 recorro que o País teve uma taxa de crescimento real negativa do PIB. Portanto, foram três fatores que contribuíram decisivamente para os problemas que a Caixa Geral de Depósitos viveu e que teve de ultrapassar.

Ora, estranhamente, a Caixa Geral de Depósitos teve uma capitalização inferior à capitalização do BCP. Uma pergunta que resulta desta análise é: por que é que isto acontece quando a Caixa Geral de Depósitos era, na altura, o maior banco português e supostamente tinha necessidades de capitalização superiores? Ou a Caixa foi subcapitalizada ou o BCP foi sobrecapitalizado.

Depois, temos a forma como foi capitalizada a Caixa Geral de Depósitos, uma parte em injeção direta de capital e outra parte nos chamados CoCo, as obrigações convertíveis em ações, que, no período em que a Caixa Geral de Depósitos apresentava prejuízos — e, de forma habitual, quando uma empresa pública apresenta prejuízos não distribui dividendos, portanto não «capitaliza» o Orçamento do Estado —, serviram não só para levar a Caixa Geral de Depósitos, com prejuízos, a capitalizar os Orçamentos do Estado de 2013, 2014 e por aí fora, porque os juros associados aos CoCo levavam a um montante de entre 80 a 90 milhões de euros por ano. Isso foi uma estratégia correta?

Do nosso ponto de vista, temos protestado, nas diversas audições, contra essa forma que o Governo encontrou, na altura, de capitalizar a Caixa Geral de Depósitos e portanto deixava-lhe também estas questões.

Queria também questioná-lo sobre se, na negociação que ocorreu com a Direção-Geral da Concorrência, foi ensaiada a possibilidade do aumento de capital de 2012 não ser considerado uma despesa do Estado mas, sim, um investimento do acionista, que é o que está a acontecer agora. Se foi, porque

é que esbarrou na rejeição da Direção-Geral da Concorrência? Foi pelo facto de o plano estratégico não estar adequado para esse perfil, com o perfil de investimento do acionista, mas, sim, com o perfil de despesa do Estado?

Queria também saber se, na altura, a Direção-Geral da Concorrência não desdenhou ou não censurou o montante que o acionista encontrou para capitalizar o seu banco público, atendendo a outros bancos privados.

Sabemos que o BES, por exemplo, na altura, optou por não recorrer à linha de crédito do Memorando da troica, do Programa de Assistência Económica e Financeira, tentando dar prova de que estava sólido e depois acabou por ruir. Pergunto se aqui também não foi uma estratégia algo errada da Caixa Geral de Depósitos ao capitalizar-se só pelos níveis mínimos e não apresentando uma capitalização que lhe permitisse enfrentar os anos de 2013, 2014 e 2015 de forma a não apresentar um desvio de 3 000 milhões de euros face ao que estava orçamentado no plano estratégico que foi apresentado na Direção-Geral da Concorrência?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, tem a palavra.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Sr. Deputado, muito obrigado pelas suas questões.

A primeira, sobre o novo modelo do Conselho de Administração da Caixa, na intervenção inicial já o expliquei. Veio a ser inteiramente confirmado em termos de ser, indiscutivelmente, o modelo mais correto, pelo menos de acordo com todos os *experts* e universidades que se debruçaram sobre este assunto, e foi corroborado, hoje em dia, por documentos da OCDE, do Comité de Basileia, do *Financial Stability Report*, da Comissão Europeia e do próprio BCE, que é necessário separar a função executiva da função de supervisão, aconselhamento e controlo da instituição.

Foi neste pressuposto que fiz, na altura, a proposta ao Sr. Ministro das Finanças, o Sr. Dr. Vítor Gaspar. Foi aceite e nas conversas tidas com o Sr. Ministro Vítor Gaspar apenas recomendei que algumas pessoas fizessem parte do novo Conselho de Administração da Caixa.

Nem todas as pessoas que eu indiquei vieram a integrar o Conselho de Administração da Caixa e a maioria não foi, de facto, proposta por mim na altura, mas eu era *chairman* e, na realidade, é mais importante, nessa matéria, o CEO poder ser eventualmente ouvido para a composição, designadamente, da Comissão Executiva do que o *chairman*

No que respeita ao aumento de capital, devo dizer que sempre pugnei, e continuaria a defender, que tendo a Caixa, ao longo da sua história, realizado sempre aumentos de capital sem ser sob a figura de ajuda de Estado, sempre como investimento público, sempre me interroguei por que é que desta vez o aumento de capital da Caixa Geral de Depósitos tinha de ser feito sob a figura de auxílio de Estado.

Sr. Deputado, não posso assegurar a completa autenticidade daquilo que ouvi ou, melhor, se expressei com todo o rigor os argumentos que foram apresentados e que, basicamente, têm a ver com a Direção Geral da Concorrência. Isto é, se havia um modelo de fundo de recapitalização que era aplicado ao conjunto da banca, criaria situações contra a concorrência se o aumento de capital da Caixa Geral de Depósitos fosse realizado de maneira mais favorável do que para os outros bancos do sistema privado. Não lhe posso assegurar a 100% que sejam exatamente estes os termos, mas, pelo menos, a ideia com que fiquei foi esta.

Eu entendia que era não só um precedente muito complicado para a Caixa Geral de Depósitos realizar um aumento de capital sob a figura de auxílio de Estado — precedente esse que hoje em dia foi, Graças a Deus, ultrapassado e que agora vai sempre requerer que a Caixa tenha resultados positivos, o que é positivo para poder realizar novos aumentos de capital —

mas também todo o contexto. E não foi por acaso que, há pouco, disse que os 12 bi do fundo de recapitalização não foram totalmente usados também, digamos assim, porque a banca não quis, exatamente porque as condições de recapitalização eram leoninas.

A obrigatoriedade de ter de emitir CoCo a uma remuneração definida em Bruxelas por um montante elevadíssimo era um desincentivo completo. A completar esse desincentivo, naturalmente poderia haver outros fatores, mas o valor da remuneração, como veio a verificar-se, em vez de contribuir para o reforço da solidez da instituição, pelo contrário, veio fazer diminuir os fundos próprios das instituições. Portanto, eu diria que é um instrumento quase irracional: em vez de favorecer a capitalização, pode contribuir para diminuir os fundos próprios da instituição. Mas era o que era e a definição foi feita por quem de direito, chamemos-lhe assim.

Quanto à última parte da sua questão, acho que acabei por lhe responder logo na primeira resposta. Sobre as condições em que foi feito o aumento de capital, o Conselho de Administração da Caixa — e penso que o Dr. José de Matos o terá dito também aqui, mas não tenho a certeza —, naturalmente, pugnámos sempre para que fosse feito sem ser sob a figura de ajuda do Estado, mas acho que aí não houve capacidade para ultrapassar, eventualmente, o tal argumento, ou outros, que referi há pouco.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — E a dimensão?

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Diga?...

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Não respondeu à questão da dimensão da recapitalização.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Ah, quanto à dimensão da recapitalização. lembro-me que, na altura, sendo *chairman*, o documento elaborado pela Caixa para a realização do aumento de capital apontava exatamente para o valor que foi pedido.

É verdade que há um histórico na Caixa, como já referi, que ao longo da sua história nunca teve nenhum problema em fazer aumentos de capital sempre que necessitasse e as novas circunstâncias vão naturalmente impedir que isso no futuro aconteça. Neste momento, os aumentos de capital da Caixa estão sujeitos a regras de disciplina de concorrência, portanto, ajudas de Estado, que, para serem evitadas, conduzem a que, provavelmente, este aumento de capital da Caixa seja eventualmente superior àquele que seria minimamente necessário, mas já a prever uma eventual necessidade, durante algum tempo, de ter uma empresa francamente sólida.

O Sr. **Presidente**: — Bom, julgo que, agora, sim, não haverá mais pedidos de intervenção e, portanto, cabe-me agradecer, uma vez mais, ao Sr. Eng.º Faria de Oliveira a sua presença e os elementos que nos trouxe, quer escritos, quer através das suas respostas orais, e dar por encerrada esta parte da reunião, sendo que temos uma segunda parte para discutir questões de intendência interna.

Sr. Engenheiro, mais uma vez, muito obrigado.

O Sr. Eng.º **Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira**: — Eu é que agradeço ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados.

Eram 18 horas e 33 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.